

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A. C. SIMÕES
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MARCO TÚLIO SILVA RIBEIRO

A AMAZÔNIA E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: mineração e povos
periféricos nestes cenários.

Maceió

2024

MARCO TÚLIO SILVA RIBEIRO

A AMAZÔNIA E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: mineração e povos
periféricos nestes cenários.

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Alagoas, como
requisito para obtenção do título de Mestre
em Serviço Social.

Orientador: Prof^o. Dr^o: José Menezes Gomes.

Maceió

2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

R484a Ribeiro, Marco Túlio Silva.

A Amazônia e seus desafios contemporâneos : mineração e povos periféricos nestes cenários / Marco Túlio Silva Ribeiro – 2024.

94 f. : il. color.

Orientador: José Menezes Gomes.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 81-94.

1. Povos amazônicos. 2. Capitalismo. 3. Desigualdade social.
4. Amazônia – Questão ambiental. I. Título.

Folha de Aprovação

MARCO TÚLIO SILVA RIBEIRO

A AMAZÔNIA E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: mineração e povos periféricos nestes cenários.

Dissertação submetida à banca examinadora do Programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 25 dia de janeiro de 2024.



Documento assinado digitalmente

JOSE MENEZES GOMES

Data: 31/01/2024 22:12:09-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador – Prof^o. Dr. ^o José Menezes Gomes – UFAL

Banca examinadora:



Documento assinado digitalmente

MARINA SCOTELARO DE CASTRO

Data: 02/02/2024 11:15:44-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador(a) Externo – Prof.^a Dr^a Marina Scotelaro de Castro – UNIBH



Documento assinado digitalmente

ADRIANO NASCIMENTO SILVA

Data: 01/02/2024 22:57:35-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador(a) Interno – Prof^o Dr^o Adriano Nascimento Silva - UFAL

Página de dedicatória

AGRADECIMENTOS

Inúmeros foram os desafios até aqui. Terminar este ciclo tem um significado muito além do propósito acadêmico por si só. Por isso, os agradecimentos em especial desta etapa precisam ser a fim de observar o quão para além da academia ou que se faz nela pode alcançar. Sendo assim, me início agradecendo a Deus por mais um final de ciclo e a certeza que ele me ajudou em cada momento desde o início de tudo.

Agradeço aos meus amigos e colegas de perto e de longe que me acompanharam em todo o percurso, eu tenho plena certeza de que a torcida foi importante em cada momento de solidão dessa caminhada. Em especial a Ilson Lourenço por me acompanhar e me amparar na chegada em Maceió e em todos os momentos a partir daí.

Agradeço ao professor José Menezes por ter aceitado a temática do trabalho que é tão caro para mim como acadêmico e como ambientalista, na busca por um mundo menos desigual e preocupado com a natureza ou o que estamos deixando sobrar dela. A minha eterna orientadora Marina Scotelaro e ao Professor Adriano, quanto crescimento pude ter através de vocês, obrigado.

Agradeço aos amigos especiais que a cidade de Maceió através do Programa de Pós-Graduação da UFAL me deu: aqui cito Paula Karoliny, Renato Santiago e Raline Almeida, somente com o apoio de vocês pude desvencilhar de tantos medos e inseguranças, vocês foram cruciais.

Agradecimento em especial à minha família que me contiveram, acreditando em mim quando nem eu sabia se eu conseguiria vencer diversas crises e momentos de angústia. E um agradecimento especial ao meu pai, Marco Antônio Ribeiro Araújo, que ainda na defesa do projeto se encontrava intubado sem perspectiva médica acometido pela COVID-19, e que me serviu de inspiração para também lutar e foi ainda mais forte para vencer a doença e me ouvir dizer **“Pai, eu passei e foi pelo Senhor!”**. Tudo mudou depois desse dia, tudo ficou mais desafiador, mais difícil pelas inúmeras crises de ansiedade que começaram a aparecer depois deste período triste para a sociedade e quase final para mim. Mas hoje eu posso dizer que eu também venci!

“[...] o etnônimo com que o povo Yanomami de Davi Kopenawa se refere aos brancos é “povo da mercadoria”: aquelas pessoas que se definem pelas coisas. O povo que transformou seus meios em fins.” (KRENAK, 2020, p. 78)

RESUMO

O presente trabalho traz a relevância dos povos amazônicos e seus desafios históricos e contemporâneos em lidar com o desenvolvimento capitalista que desde o princípio buscou implementar na América Latina o status de subalternidade e periferização, sem levar em consideração as especificidades de seu povo. Junto disso, busca-se entender como os governos se organizam para lidar com os desafios e problemas dessa subalternidade relacionados a mineração, empobrecimento das populações e contaminações da natureza. A pesquisa traz um resgate da importância de se debruçar sobre os impactos nocivos da estrutura do capital diretamente na vida dos indivíduos que menos usufruem do desenvolvimento que se tornou a narrativa principal para a exploração da região. Sobretudo destaca que é nesta agenda ambiental contemporânea que se pode iniciar o suprimento das demandas políticas intrínsecas a estes atores diretos. Por fim, traz o caso dos povos yanomamis como exemplo dos problemas sociais que diversos povos da região também passam na Amazônia e talvez o princípio de uma resposta que os incluem mais diretamente na economia regional.

Palavras-Chaves: Amazônia, Capitalismo, desigualdade, povos periféricos.

ABSTRACT

This work highlights the relevance of the Amazonian peoples and their historical and contemporary challenges in dealing with capitalist development, which from the beginning sought to implement the status of subalternity and peripheralization in Latin America, without taking into account the specificities of its people. In addition, we seek to understand how governments organize themselves to deal with the challenges and problems of subalternity related to mining, impoverishment of populations and contamination of nature. The research highlights the importance of focusing on the contracted impacts of the capital structure directly on the lives of individuals who least benefit from the development that has become the main narrative for the exploration of the region. Above all, it highlights that it is in this contemporary environmental agenda that we can begin to meet the political demands intrinsic to these direct actors. Finally, it brings the case of the Yanomami peoples as an example of the social problems that various peoples of the region also face in the Amazon and perhaps the beginning of a response that includes them more directly in the regional economy.

Keywords: Amazon, Capitalism, Inequalities, peripheral peoples.

Lista de Gráficos

Gráfico 1- Transações Correntes - Brasil - 1947 a 2015.	44
Gráfico 2 - Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. Com base no banco de dados de inquéritos Familiares (tradução nossa). Fonte: (CEPAL, 2023, p. 16)	63
Gráfico 3 - Percentual de Pobres no Brasil 2012-2022. Fonte: (AMAZÔNIA LEGAL EM DADOS, 2023)	64

Lista de Abreviaturas e Siglas

ATCO – Amazon Cooperation Treaty Organization

CO² - Dióxido de Carbono

DIT – Divisão Internacional do Trabalho

FMI – Fundo Monetário Internacional

GEE – Gases de Efeito Estufa

OTCA – Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia

PIB – Produto Interno Bruto

RAISG – Rede Amazônica de Informação Socioambiental

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus.

TCA – Tratado de Cooperação da Amazônia

WWF BRASIL – World Wildlife Fund Brasil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. PARTE DO CONTEXTO HISTÓRICO E A FORMAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO	17
2.2 DA PERIFERIA AO CENTRO	19
2.3 O MOVIMENTO EUROPEU	22
2.4 O NASCIMENTO DO CAPITAL NA AMAZÔNIA	27
2.5 O EXEMPLO DE TRANSFORMAÇÃO NA AMAZÔNIA	31
3. AMAZÔNIA POLÍTICA, AMBIENTAL E COMERCIAL	37
3.2 OS ESTADOS AMAZÔNICOS E SEU PLANO DE COOPERAÇÃO.....	38
3.3 OS MECANISMOS DE EXPANSÃO DO CAPITALISMO E A POSIÇÃO DA AMÉRICA LATINA	41
3.4 O CAPITALISMO E O MEIO AMBIENTE	46
3.5 A TEMÁTICA AMBIENTAL COMO PONTO INICIAL E ABERTURA PARA O OLHAR VOLTADO A AMAZÔNIA E SEUS RECURSOS.....	49
4. A QUESTÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA INTERNACIONAL ..	55
4.2 A PARTICULARIDADE BRASILEIRA NESTES CENÁRIOS DE DEGRADAÇÃO	58
4.3 A DEGRADAÇÃO E EMPOBRECIMENTO DA POPULAÇÃO	61
4.4 A TERRA YANOMAMI E A MINERAÇÃO.....	67
4.5 UMA ALTERNATIVA PARA A ECONOMIA DA AMAZÔNIA.....	71
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS	81

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia tem se tornado cada vez mais objeto de estudo e preocupação no ambiente global. Considerada uma região com diversidades de fauna e flora, recursos minerais, e por contribuir ativamente com o equilíbrio do clima no planeta (GONÇALVES, 2005). Globalmente essa imensa floresta tropical contribui ativamente para um mundo contemporâneo que demanda mais absorção do CO₂ da atmosfera e menos liberação de gases efeito estufa (GEE). A região amazônica é objeto de preocupação quanto a sua preservação e conservação. Para além disso, a estimativa é que na Amazônia atualmente haja 38 milhões de pessoas (ITAMARATY, 2019), que constantemente são afetadas por mudanças com causas globais e naturais, mas também pelas atividades antropogênicas no seu território. Tais atividades como desmatamento para cultivo e pastagens, queimadas, exploração madeireira e mineração, podem influenciar o ciclo de evaporação da água na região, interferindo ativamente na intensidade de chuvas (FEARNSIDE, 2003).

Vista como importante cenário geoestratégico, a Amazônia Internacional possui instrumentos fortes para que os objetivos contemporâneos para o meio ambiente sejam alcançados (FEARNSIDE, 2003). Administrada por diferentes vertentes governamentais, o grande território da Amazônia internacional, pertence a 8 países¹ e uma província na América do Sul. Por esta razão, enfrenta disparidades quanto a relação de seu uso, planejamento e proteção de seus habitantes. Segundo Bertha K. Becker (2005), a separação territorial da região teve suas origens em manobras geopolíticas a partir do período de colonização no século XVII, o que culminou nos territórios que temos atualmente (BECKER, 2005).

O surgimento de fronteiras na região amazônica cumpre o conceito de fronteira política de Ratzel (1987), uma vez que o estabelecimento destes acordos segue os fluxos e demandas particulares de cada sub-região em específico (RATZEL, 1987). Em prol da matriz principal, neste caso o colonial, os Estados exploradores que inferiorizam organizações que não exerciam o padrão da civilização europeia (LOPRENO, PASTEUR

¹ Amazônia Internacional abrange Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e a província Guiana francesa.

e TORRICELLI, 1994)². Há alguns que conseguem identificar por exemplo, conceitos ratzelianos nas ações do Barão do Rio Branco no Brasil, dentre outros (HEINSFELD, 2013). Este trabalho discorre em uma ideia geopolítica que se identifica junto da perspectiva do geógrafo Elisée Reclus, onde as divergências entre os Estados e os povos locais são importantes para o estabelecimento de uma região (ANDRADE, 1985). De modo geral a Geopolítica é área da Geografia que relaciona ações estatais em um determinado espaço geográfico e que transcendem a ideia clássica de território; ou seja, fenômenos que acontecem em tomadas de decisões estatais e que possuem a capacidade de influenciar toda uma região (BECKER, 2005).

Existem algumas ações que buscam administrar a região e trazer algum tipo de desenvolvimento regional para o território amazônico. Por se tratar de um amplo espaço, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) pode ser considerada uma das instituições que promovem tais ações. Fundada em Caracas em 1998, após 20 anos da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), a organização tem como membros países que possuem parte da região da Amazônia Internacional (OTCA, 2020)³, sendo um dos pontos de discussão institucional sobre a temática da região. Pautados em ações técnicas, estratégicas e político diplomáticas, a OTCA trabalha na busca pelo cumprimento do tratado e das demandas regionais da Amazônia anteriormente assinados (OTCA, 2019). Segundo Fearnside (2006), na Amazônia o desmatamento sempre ocorreu, vezes por grandes agricultores, vezes por médios fazendeiros, que buscam ampliar seu cultivo, sua área de pastagem e dentre outras ações econômicas, e, em outro sentido, por omissão dos governos em frear estas ações no território (FEARNSIDE, 2006). Bertha (2005) pontua que a geopolítica contemporânea seria uma atualização do conceito de geopolítica, em um mundo onde os fluxos são mais diretos e o influenciam como um todo. Os movimentos geopolíticos imputam a este ambiente características únicas, como a socialização dos processos e a tendências a transnacionalização (BECKER, 2005).

² Aqui se relaciona ao ato de se impor sobre “o não civilizado” ou “menos preparado” que Ratzel fala no livro “O pensamento ratzeliano e a colonização” (Tradução livre).

³ Menos a Guiana francesa que ainda busca seu espaço na Organização, mas sofre graves críticas por ser ainda vinculada ao Estado Francês.

É possível identificar nas diversas partes já urbanizadas da Amazônia, uma matriz de exploração da natureza, herdada pelos povos europeus e que traz um olhar instrumental para com o meio ambiente (BECKER, 2005). Contrapondo este relato, algumas organizações não governamentais e instituições voltadas para o meio ambiente, buscam trazer um viés antagônico ao da exploração, ou seja, mais conscientizador para o território amazônico. Novas maneiras de pensar, combinadas com movimentos ambientais, fizeram com que se iniciasse planos de proteção da região amazônica na contemporaneidade e entre os governos da região. Isto tem resultado na efetivação de salvaguardar a vida dos biomas e faunas existentes neste espaço. Não somente a natureza, mas também às populações mais vulneráveis⁴ às mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento da região, recebem atenção destas organizações ambientais.

Porém, por diversas vezes estes movimentos de proteção sofrem diretos ataques, sobretudo de grandes empresas e diante da especulação minerária na região. A pesquisa tem o empenho de demonstrar os desafios pelos quais passam as populações amazônicas, frequentemente negligenciadas por discursos que não valorizam propriamente a vida do ribeirinho e dos povos amazônicos. Narrativas na maioria das vezes coerentes com um capitalismo excludente e devastador tanto para a floresta quanto para a população. Para tal se faz necessário se debruçar sobre a historicidade da região amazônica e suas especificidades da era pré-colombiana, colonial e o pós colonização. A fim de compreender como que hoje, a maior floresta tropical do planeta é mundialmente reconhecida como um potencial elemento de transformação frente as demandas contemporâneas das mudanças climáticas e do aquecimento acelerado do planeta, e ainda assim, há populações que sofrem com as desigualdades e falta de estrutura básica para sobrevivência.

Dentre os diversos acontecimentos históricos prejudiciais a essas populações, a mineração tem sido um dos maiores desafios. Visto que provêm dessa atividade a contaminação, o desflorestamento e o empobrecimento da terra. A partir desta contextualização a pergunta de partida que orienta todo o trabalho é: *em que medida as populações periféricas são afetadas pelo desenvolvimento capitalista na Amazônia? O*

⁴ Aqui se refere a populações ribeirinhas e povos indígenas por exemplo.

desafio então é entender sobre os desafios postos pelo setor mineral no território amazônico às populações que estão intrínsecas ao território; bem como se deu o cenário que conseguimos observar na contemporaneidade, com a distribuição histórica do trabalho na região, a colocação destes povos, a formação das instituições mais relevantes da região junto com a formação dos Estados e sua posição de administração territorial dessa grande Amazônia internacional. A tentativa é se debruçar e fornecer informações para que a região amplie o potencial de se desenvolver de forma sustentável e justa para todos os povos que nela habitam.

Parte-se da ideia de que o desenvolvimento que chega na região Amazônica não tem alcançado em sua plenitude a demanda dos povos dessa região, dada a intensa demanda já pré-estabelecida desde antes da implantação dos megaprojetos de exploração. Concomitante a isso, outras demandas consideradas ainda mais urgentes são geradas a partir dos despojos destes desenvolvimentos, causando o aumento da problemática e necessidades regionais. No cenário contemporâneo diversos são os mecanismos que buscam lidar com a variedade de problemas nesta Amazônia Internacional, mas talvez por se tratar de um ambiente multiplamente administrado e rico na especulação econômica global, lidar com estes desafios se torna um processo extenso e muitas vezes não viável para o capital. Colocando ainda mais em vulnerabilidades indivíduos que precisam ter seus direitos mais básicos e sua sobrevivência local e cultural assegurados.

Sabe-se que todas as propostas elencadas sobre preservação da floresta, crescimento equilibrado e sustentável de suas áreas urbanas, são desdobramentos recentes dos povos locais e que ainda lutam contra o modelo explorador e sem limites do capitalismo. A partir disso, se entende como desafio organizar a região a fim de haver uma contribuição no sentido de diminuição de desigualdades e fortalecimento de uma justa relação de compensação para todos, frente ao desenvolvimento amazônico (CAÑETEI e RAVENA, 2007). Assim, o desenvolvimento chegaria ou se distribuiria também aos que mais precisam dessa transformação.

Há uma multiplicidade de assuntos que são pontos desafiadores para essa região amazônica tão importante para o planeta. Quando se busca identificar políticas de proteção, mitigação, adaptação e preservação, tanto da natureza quanto das sociedades que vivem neste ambiente, os resultados são alarmantes. O trabalho se apresenta com a

iniciativa de colaborar para a esfera estatal como também com atores não governamentais, como exemplos aqui são mencionados ONGs e Organizações Internacionais que já atuam em favor dos povos amazônicos, INFOAMAZONIA; Uma Concertação pela Amazônia; RAISG; Fundo Dema; SOS Amazônia dentre outros. Estas instituições investem em conhecimento científico e prático frente às constantes mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento deste espaço, ações que visam a proteção dos povos minoritários, tais como os camponeses, as agriculturas familiares, os povos originários, os quilombos, as comunidades tradicionais e os grupos vulneráveis deixados à margem do desenvolvimento na Amazônia (LEROY, 2013).

A justificativa está no entendimento de que estes povos, sem distinção, são os que recebem os maiores impactos negativos dos problemas ambientais resultantes das ações no território (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009). As dimensões continentais da Amazônia e suas propriedades na categoria de riquezas minerais e biodiversidade, a torna objeto de interesse tanto dos países que a possuem, quanto dos países que reconhecem a influência que a região tem no equilíbrio de poder, nas transformações globais e na solução de problemas quanto às mudanças climáticas (AMIN, 2015). Entende-se como fundamental, de mesmo modo, a defesa e proteção de todos os povos e culturas que nela habitam, o que implica em compreender como estes povos têm sobrevivido em um mundo em constante desenvolvimento e transformação. Identificar e mapear estes povos e suas especificidades contribui para um geoprocessamento da região amazônica por inteiro, que proporcione conhecimento sobre os diversos desafios. Fazendo com que estes dados forneçam entendimento empírico sobre a situação, a fim de alcançar relevância para uma possível cooperação.

O objetivo geral do projeto é proporcionar o entendimento sobre a problemática do avanço do desenvolvimento capitalista sobre as populações da Amazônia e os problemas estruturais que tornam a região tão propícia ao capital. Os objetivos específicos definidos para alcançar a pesquisa foram assim definidos: são; a) Compreender a historicidade dos povos originários e amazônicos, e como as periferizações chegaram ao continente a partir da colonização; b) Entender como o capitalismo se estabelece na região, junto de acordos que potencializam os problemas sociais, ambientais e vulnerabilizam ainda mais os povos periféricos neste cenário; e c) Avaliar como o caso

da mineração no território do povo Yanomami contribui para explicar a vulnerabilidade da região frente ao capitalismo.

Para uma abordagem pertinente com o que a pesquisa se objetiva, os conhecimentos de Eduardo Galeano (2010) em “Veias Abertas da América Latina” contribuíram para a fiel explanação histórica de como se fez real toda a construção do continente sul-americano (GALEANO, 2010). Foi necessário o debruçar sobre apontamentos da teoria marxista, quanto a crítica à economia capitalista excludente e agregadora de desigualdades (MARX, 1985), como também outros autores que utilizam estas críticas para evidenciar desequilíbrios desta estrutura. Isso pela compreensão traga por Michael Löwy (2021) de que não é possível pensar ambientalismos e lutas pela causa ambiental sem se debruçar sobre a luta de classes, vastamente estudada pela doutrina marxista (LÖWY, 2021). Junto disso, desdobramentos sobre o capitalismo na região amazônica e algumas lutas dos povos da região puderam ser vistos através de autores como Alessandra Marchioni (2011), Violeta R. Loureiro (2015), Maristella Svampa (2019), e outros, que de mesmo modo contribuíram de forma abundante para o objetivo proposto. Quanto aos dados sobre a mineração na Amazônia, análises qualitativas sobre os despojos da mineração que desencadeiam outros tipos de violações foram utilizadas.

E por fim foi necessário buscar entender como que uma Amazônia para os amazônicos é talvez o cenário mais viável para que haja uma total cooperação entre desenvolvimento cooperativo, ecológico e racional na região, a partir de iniciativas que sejam feitas pelos próprios locais. O caminho metodológico para o que se propõe parte da análise descritiva exploratória a partir de bibliografias que evidenciam os povos originários e populações regionais como ponto importante a ser considerado nesta busca por desenvolvimento regional. Os levantamentos dos dados foram feitos a partir dessas bibliografias e análises de conteúdos sobre o crescimento da região e a precarização de seu povo.

2. PARTE DO CONTEXTO HISTÓRICO E A FORMAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO

A Amazônia com essa abrangência continental se impõe como relevante espaço quando olhamos para o continente sul-americano. Sua influência na regularidade do clima é frequentemente enaltecida em diversos estudos, pela constância na formação de nuvens e umidificação desse ambiente. Todo este movimento traz por consequência chuvas periódicas contribuindo em diversos cenários, o que torna sua importância um argumento factível tanto dentro a comunidade científica em geral, quanto ao restante da humanidade. Seja na preponderância na regulação do clima e captura de carbono, seja se tornando um dos grandes ambientes que ainda lutam contra a elevação da temperatura do planeta. Elevação essa influenciada sobretudo pela ação antrópica e a excessiva manivela capitalista na busca de degradar para crescer.

A Amazônia pode ser considerada um tesouro em diversas perspectivas, seja a ecológica e ambiental que inevitavelmente luta contra o agravamento do aquecimento global e mudanças climáticas, ou seja pela prospecção hereditária capitalista quanto aos tesouros em suas vastas reservas de minerais de ferro, zinco, níquel, ou o potássio importante produto para criação de fertilizantes. Outros de caráter valiosos para a sociedade capitalista podem ser mencionados aqui como o ouro, prata, platina etc. Em suma, uma região com intenso olhar da sociedade mundial. Porém os dados sobre a influência humana datam de antes dessas muitas sociedades e histórias começassem a ser contadas, períodos longínquos entre o Pleistoceno e o Holoceno (NEVES, 2012).

A atividade humana na região amazônica data de milênios e ainda hoje há uma constante necessidade do monitoramento destas atividades atuais e agora históricas, sobretudo pelo empenho de trazer aos interessados os desdobramentos dessa região na pré-história e história, lhes concebendo a partir destes dados, a chance de interpretar diferentes atividades antrópicas e organizacionais que podem trazer luz ao relacionamento que o homem tinha e tem com a terra e os resultados dessa relação milenar. Os resultados de parte destas pesquisas nos forneceram largas bibliografias sobre os acontecimentos destes períodos em regiões influentes e pertencentes à Amazônia. Embora fossem povos que estivessem experimentando, na sua perspectiva, avanços no decorrer dos períodos, sendo eles semelhantes ou não com a história ocidental, estudos

mostram que havia povos mais desenvolvidos na Amazônia há cerca de 2 mil anos antes dos avanços europeus na região (IMAZON, 2015).

Antes dos europeus, foram pelo menos 14 mil anos que estes povos ficaram isolados de quaisquer contatos com o restante do mundo para além do continente, período que os pesquisadores separam em três fases centrais. Fase paleoindígena em que os povos exerciam características nômades com dieta baseada em frutas e moluscos; a fase arcaica, neste período datado de 8 mil a 3 mil anos antes da aparição dos europeus, os povos já se organizavam no decorrer do rio Amazonas e possuíam domínio da criação de cerâmicas e mudaram de sociedades nômades para horticultores, aperfeiçoando o trabalho dentre outros tipos de plantações e o manejo da mandioca. Já a fase que marca 3 mil anos antes até o encontro com o povo do mar, é chamada de fase pré-história tardia, se identificam aqui sociedades indígenas mais bem organizadas e com evoluções evidentes na hierarquização, bem como evoluções de seus domínios com a cerâmica, caça, pesca e sobrevivência no ambiente local (IMAZON, 2015).

Há entre os pesquisadores e arqueólogos duas linhas de interpretações quanto às evoluções encontradas entre os povos amazônicos e a chegada dessas populações nesta região de florestas úmidas. Uma relacionada à influência dos povos andinos em levadas migratórias, esta interpretação se alicerça nas semelhanças do manejo de materiais específicos como a cerâmica, esta linha de pesquisa acredita que não haveria possibilidade desta evolução do conhecimento sem a influência dos povos dos Andes. A outra linha interpreta que a região amazônica seria tanto receptora quanto criadora de seus próprios avanços, e esta vertente se afirma nos artefatos encontrados que datam de períodos pré-incaicos (COSTA, 2009).

É de comum acordo entre as vertentes o entendimento de que os povos amazônicos teriam um nível de influência e conhecimentos dos povos andinos, bem como há indícios de relações entre estes povos, na troca de mercadorias específicas, sobretudo no período do império inca. Os períodos foram sendo transacionados, juntos com eles seus acontecimentos, da pré-história transcendemos para a história e suas divisões, e não é difícil pensar que, não só uma, mas várias populações se estabeleciam nesta terra ainda não avistada e conhecida pelos europeus, certo justamente das capacidades intelectuais do ser humano em qualquer lugar do planeta.

2.2 Da periferia ao centro

A Europa no século XVI vivia a ruína de diversas estruturas da Idade Média e o início do que seria a Idade Moderna. Seja pelo Renascentismo ou pela Revolução Francesa, a parte mais ao Norte da Europa, muitas vezes considerada a periferia da influência muçulmana, se desenvolveu para o além-mar, desafiando as histórias e lendas sobre os perigos das viagens mais ao Oeste do oceano. Estes países, sobretudo Espanha e Portugal se empenharam nas navegações, e se prepararam sem terem ciência de que o futuro os tornaria propulsores do que se chamaria de modernidade para a Europa e o mundo. A descoberta da América para esta região marca, segundo Enrique Dussel (1993), a entrega do elemento importante que faria dessa região da Europa o centro do mundo neste momento, e são estes elementos que o autor junto de Hegel diz serem os pontos de mudança histórica. O autor cita que é por essa perspectiva que se faz entender o eurocentrismo e a sacralização do norte como os que possuem o direito de se impor nesta história, e vem desse direito a legitimação da subjugação do Sul global ao novo espaço periférico que se formava (DUSSEL, 1993).

Com o ímpeto na busca por metais preciosos, mercadorias de trocas importantes na economia europeia, as navegações iniciaram desafiando todas as lendas quanto ao alto mar. Quando Colombo 1492 atracou nas Ilhas das Bahamas, Eduardo Galeano (2010) diz que o navegador acreditava ter chegado nas ilhas japonesas, portanto nas costas do território asiático. Ao encontrar um território já ocupado por aborígenes sem o mínimo de civilidade nos padrões reconhecidos, os recém-chegados entenderam como uma oportunidade de possuir novas terras e extrair tudo que fosse necessidade interna da Europa, dando início a Idade Moderna na história europeia (GALEANO, 2010).

Enrique Dussel (1993) se debruça sobre o entendimento eurocêntrico sobre a América. Neste sentido ele acentua a discussão sobre a importância que a América trouxe para o nascimento da modernidade no pensamento europeu, mas mais do que isso o descobrimento faz para este europeu, antes parte periférica de um sistema econômico euro-afro-asiático, ele agora se enxerga como superior, nasce a subjetividade do outro e a necessidade de dominação e civilização. Foi necessário para isso a narrativa do descobrimento da terra nova. As Américas em seu tempo de exploração pelas intensas viagens dos europeus nesse ambiente foi interpretada como a quarta península da Ásia,

um mundo Novo, Índias Ocidentais e outros, até que se chegasse ao conceito de terra descoberta. A Europa precisava desta nomenclatura para intensificar a sensação de pertencimento e concluir que estava saindo da posição sitiada e periférica do mundo muçulmano para se tornar o centro do mundo, por ter em sua posse o elemento norteador da centralidade do mundo naquele momento (DUSSEL, 1993).

Na harmonização da narrativa da descoberta, os europeus se enclausuram nesta dimensão discursiva como os norteadores agora do centro do mundo, enquanto veem este outro:

[...] como o Si-mesmo a ser conquistado, colonizado, modernizado, civilizado, como “matéria” do ego moderno. E foi assim que os europeus (particularmente os ingleses) se transformaram, como dizia antes, nos “missionários da civilização em todo mundo”, especialmente com “os povos bárbaros (DUSSEL, 1993, p. 36).

Por este entendimento que a colonização marca a idade moderna, e junto dela o extermínio de todos que se desarmonizam com o padrão europeu do que seria a colônia, não somente em aparências físicas, mas em suas regras, seus valores, suas crenças e suas demandas. Colombo anos depois do descobrimento comanda tropas em combate com os indígenas nas colônias espanholas (GALEANO, 2010). Ao diferente, não europeu, era dada a oportunidade de se converter à religião cristã, e ser servo às demandas da Coroa, morrendo em nome desse seu novo Senhor, ou ser exterminado em nome da missão evangelizadora e civilizatória.

A Amazônia arrebatou o interesse dos viajantes desde o princípio. Na prospecção de riquezas inimagináveis alguns desbravadores colonos se aventuraram pela floresta rio adentro. Historicamente as viagens de reconhecimento do povo colonizador nesta região iniciaram no século XV, e se tornaram mais frequentes no século XVI. Foram quatro fases para que se pudesse ter um diagnóstico razoável sobre o território sendo elas:

[...] a primeira, entre 1500-1520, marcada pelo conhecimento de sua foz, o chamado “Mar Dulce”, a segunda, de 1520 a 1542, em que a América do Sul é melhor dimensionada e há uma avaliação sobre o curso interiorano do agora chamado rio Marañón; a terceira, que compreende as décadas de 1540 e 1550, é marcada pela viagem de Francisco de Orellana e o padrão leste/oeste serpentado do rio de Orellana ou rio das Amazonas; e a última, de 1560 ao final do século, ocorre a partir da expedição de Pedro de Ursúa/Lopo de Aguirre (1560/1561) e um conhecimento maior da complexa bacia amazônica. (RABELO, 2020, p. 05)

Porém o processo de demarcação que nós vimos hoje ocorreu depois de diversas lutas por territórios, tanto dos povos originários contra o domínio do colonizador, como entre os colonizadores. Pelo Tratado de Tordesilhas (1494), o espaço agora delimitado por esse comum acordo pertencia parte a Portugal e outra parte a Espanha, o que não aconteceu em sua integridade. A influência e insistência da França, Holanda e Inglaterra fez, em linhas gerais, com que hoje tenhamos as chamadas Guianas e o Suriname, no lado litoral Norte do continente, após inúmeras tentativas fracassadas de avanço para dentro do território. Uma delas foi a tentativa da implantação da “França Equinocial”, após os franceses ocuparem uma parte norte do continente, fundarem a cidade de São Luís e se estabelecerem lá até meados de 1615 (COSTA, 2009).

Para além da aventura exploratória às profundezas da floresta amazônica, os colonizadores estavam em busca de entender o que o ambiente demandaria da Coroa para que se introduzissem as veias colonizadoras também no decorrer do rio Amazonas, ou “Mar Dulce”⁵. A navegação realizada pelo espanhol Francisco de Orellana, por exemplo, lhe permitiu chegar até a foz do rio Amazonas. O interesse dessa expedição do colonizador além de demarcar todo o percurso deste imenso rio, estava em quais riquezas os aguardavam, o resultado foi o encontro com imensas tribos indígenas, que se tornaram mão de obra escrava e como se fossem uma bússola do interior da floresta lhes mostrando o caminho para que se empenhassem mais ao fundo no bioma, simplesmente a serviço de seus senhores (UGARTE, 2009).

Historicamente os espanhóis foram os primeiros europeus a se debruçarem neste novo território a leste dos Andes, almejando ser outro ponto importante da colônia para a metrópole espanhola e para o comércio europeu de especiarias. Porém com as constantes frustrações na busca por ouro e a descoberta das reservas de prata em Potosí, inviabilizaram a continuidade dessas viagens, sendo proibida pela Coroa, ocasionando o encerramento dos empreendimentos espanhóis e abandono das estruturas iniciadas. Dentre os motivos pode-se mencionar o embate constante com os indígenas da região. Os espanhóis ingressam novamente pela região somente no século XVIII com viés religioso (GALEANO, 2010).

⁵ Nome dado pelo navegador espanhol Vicente Iñáñez Pinzón em 1500 (UGARTE, 2009).

O resgate da cidade de São Luís e a fundação de Belém pela monarquia portuguesa somente intensificavam a força dos portugueses que constantemente reivindicavam seus espaços conquistados. Houve confrontos com os espanhóis em áreas da Amazônia, sobretudo na região do rio Solimões, porém uma variável constante nestes embates e pode-se entender como uma vantagem para os portugueses, são os frequentes desafios na geografia dos espanhóis e sua navegação à leste dos Andes para a floresta, encontrando no decorrer do percurso processos naturais, como declive, mudanças climáticas e de pressão, diferentes da geografia enfrentada pelos portugueses, que não demonstravam interesse de chegar aos Andes (COSTA, 2009).

Na Europa, as notícias que chegavam sobre a Amazônia causaram um imenso alvoroço. A navegação dos Capitães Pizon e Lepe trouxeram as primeiras impressões do rio Amazonas, segundo eles, o rio em sua foz era tão grande quanto o mar (UGARTE, 2009), os relatos foram se aglutinando enquanto novos “conquistadores” buscavam levar da Amazônia suas próprias conclusões. O ímpeto do europeu em conquistar a todo custo a América extinguindo qualquer empecilho a este objetivo, expeliu o seu lado mais cruel contra as populações indígenas que junto do crescimento europeu na região se observa também o declínio destes povos originários.

Em 1519 a população se estimava em quase 26 milhões em toda a América Latina, nos anos de 1605 a estimativa era de menos de 2 milhões (FERNANDES, 2010). Seja pelas sangrentas conquistas, seja pelas doenças trazidas e pulverizadas neste contato ou pelo trabalho forçado e escravização destes povos. Dito isso, se faz necessário entender toda a intensidade dos acontecimentos como uma forma de conquista, com todas as crueldades de um conquistador para com o todo conquistado, deslegitimando suas particularidades e colocando o dominado a serviço de seu dominador, o que pode ser visto no fiel conceito da história contada do descobrimento.

2.3 O movimento Europeu

Quando o europeu pôde enxergar este ambiente novo, nele encontrou habitantes desconhecidos, não faziam parte do conhecimento histórico que estes navegantes tinham na época. O encontro com outros povos, diferentes dos seus, potencializa a necessidade dessa expansão intelectual e ideológica europeia. Em linhas gerais, o eurocentrismo ou identitário europeu nasce justamente desse convencimento do outro sobre a visão de

mundo imposta, se tornando um episódio colaborativo para o início do modernismo e que, segundo Douglas R Barros (2021), procedem das fontes do Renascimento e das filosofias do século XIX, sua imposição como história única a ser contada encontra apoio no romantismo e na expansão capitalista (BARROS, 2021).

Se desvela a estes indivíduos um “novo padrão de racionalidade, o eurocentrismo” (MAIA e FARIAS, 2020, p. 578). A região oeste da Europa, teve de desenhar ideologicamente este lugar de centro mundial, antes, pelo nível de desenvolvimento cultural das regiões na época, Ásia e a África se comportavam como tal, essa Europa Latina era muitas vezes interpretada como periféricos do centro comercial euro-afro-asiático. Para Dussel, este aspecto se altera com o nascimento da modernidade, quando este espaço periférico desbrava os oceanos e se depara com povos, não conhecidos, e ambientes disponíveis à exploração. A ideia do moderno nasce tanto no entendimento pessoal e econômico no intelecto deste europeu, como a chance de ser o centro de uma história mundial que se iniciava, com prospecções muito maiores do que se pretendia para aquela Europa Latina (DUSSEL, 2005).

A modernidade originou-se nas cidades europeias medievais, livres, centros de enorme criatividade. Mas “nasceu” quando a Europa pôde se confrontar com o seu “Outro” e controlá-lo, vencê-lo, violentá-lo: quando pôde se definir como um “ego” descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade constitutiva da própria Modernidade. (DUSSEL, 1993, p. 08)

Concomitante a isso:

A descoberta da América, a circunavegação da África abriu um novo campo de ação à burguesia emergente. Os mercados das Índias Orientais e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e das mercadorias em geral imprimiram ao comércio, à indústria e à navegação um impulso desconhecido até então; e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição (ENGELS, 1998, p. 41).

Na Europa a burguesia começava a assumir pontos estratégicos do sistema econômico europeu, potencializando o avanço da navegação que se torna parte dos mecanismos intrínsecos dessa mudança estrutural nela. A notícia então da descoberta veio trazer ainda mais força ao movimento de ruptura com o sistema feudal. A crise do feudalismo se intensifica com a descoberta que trouxe junto a demanda da produção mundial. Coggiola (2011) cita que essa descoberta se torna “conquistas e colonização”, pois é o movimento necessário para o novo modo de produção e expansão do sistema

econômico do capitalismo através do mercado mundial. Todo o processo de exploração a partir deste momento nestas colônias, são fatores fundantes da acumulação primitiva. Este elemento da descoberta e conquista trouxe a falência das estruturas feudais que não lidaram com a abertura de novos mercados, sendo substituídas pela manufatura e a burguesia industrial (COGGIOLA, 2011).

Para Edgardo Lander (2005) se inicia neste período a modernidade e a organização colonial do mundo. Sendo assim, há um assalto nesta perspectiva a todos os saberes, formas de linguagens e povos na ideologia de uma narrativa colonizadora universal (LANDER, 2005). A própria história da América Latina a partir daqui é contada pelo identitário europeu e são impulsionados pela única visão colonizadora, como resultado de seus avanços e início de suas explorações para além-mar. Munido deste pressuposto, é possível dialogar com apontamentos de tantos outros pensadores que buscaram essa emancipação do conhecimento europeu para um novo método e maneira de se observar o mundo e se impor sobre ele.

Um ponto evidente que nasce nessa iniciação do modernismo encontra-se na divisão que se tornaria uma classificação comum entre “eles e nós”, acentuando a separação de raças e a imposição dos Europeu a estes outros, que não tinham a civilidade e crenças comuns. O incremento da raça neste quesito, aperfeiçoa na própria identidade europeia o afastamento estrutural que contribuiu em larga medida para a separação entre os povos e a divisão Ocidente/Oriente. O capitalismo contribui como mecanismo de controle dos povos dominantes sobre os dominados, seria a manivela que geriria todas estas imposições, quanto às raças, povos e classes.

Nesta América já habitada por seus povos originários, foi implementado esse assalto, não somente em questão de território, riquezas materiais e liberdade, mas houve encobrimento de seus protagonismos como desbravadores e criadores de suas próprias práticas, deuses, culturas, formas organizacionais e sobretudo, seus legados. Na exploração espanhola nestas novas terras, por exemplo, encontraram o Império Inca que se estendia nos territórios que hoje se traduzem no Norte da Argentina, parte da Amazônia brasileira, Bolívia, Colômbia, Equador, Chile e Peru. Vale dizer aqui também os astecas com sua influência no México e América Central, sem deixar de mencionar os maias.

A conquista rompeu as bases daquelas civilizações. Piores consequências do que o sangue e o fogo da guerra teve a implantação de uma economia mineira. As minas exigiam grandes transposições populacionais e desarticulavam as unidades agrícolas comunitárias; não só extinguíam inúmeras vidas através do trabalho forçado como também, indiretamente, extinguíam o sistema coletivo de cultivos. (GALEANO, 2010, p. 68)

Estes diversos povos já tinham seus métodos de colheita, de manutenção da terra, de organização e sobrevivência nos intensos desafios que tanto os Andes, como a floresta exigiam de seus habitantes. Habilidades transferidas para os colonizadores, mas ocultadas na narrativa colonizadora desde a sua chegada, somente foram relevantes quando se busca debruçar sobre o entendimento da Amazônia e da América Latina em geral. O exercício de se desvencilhar da narrativa única de se contar, e como contar, o que acontecia neste território descoberto foi feito com maestria, mas não alcançou a totalidade a ponto de apagar completamente a importância e o caráter transcendental que ocupa essas histórias reais da região.

Walter Mignolo (2017) fala sobre a periferização do saber do outro, em comparação com o saber vindo da colônia. Para Mignolo os padrões coloniais que podem ser observados são raciais e de estrutura patriarcal, e sempre impuseram a necessidade de se afirmar como uma ordem universal, embora fossem comuns somente para os colonos (MIGNOLO, 2017). Na busca de uma emancipação epistemológica do conhecimento, tanto Mignolo, quanto outros autores se debruçam em trazer em evidência a legitimação do saber que antes era colocado submisso ao pensamento europeu colonizador. Pierre Bourdieu (2000) fala que para a criação de um senso comum, é necessário que um conjunto de opiniões e crenças sejam implementadas na base organizacional de uma sociedade (BOURDIEU, 1989), após este movimento estas sementes de pseudo caráter e maneiras de se comportar neste ambiente social germinam para algo natural, amplamente aceito nesta comunidade (MARCHIONI, 2011) e em certa medida defendido pelos membros desta coletividade.

Émile Durkheim investido no entendimento sobre a formulação dos hábitos em uma sociedade, expõe que estes hábitos e costumes são impostos através da educação, que lida em como se deve comportar estes seres que vivem na sociedade, e é por meio deste mecanismo que intrinsecamente formamos nossas regras morais, jurídicas etc. (DURKHEIM, 2004). Nesta perspectiva, este mecanismo pode ser identificado

amplamente no período de adaptação do sentido colonial, tanto para os colonizadores com a ideia real de superioridade, como na socialização do outro quanto à sua subalternidade.

E para finalizar, o escritor Boaventura de Souza Santos (2007) cita em uma de suas obras o nascimento de uma linha com dois universos distintos, o visível e o invisível. No universo visível é onde todo o pensamento é determinado, já o outro universo é o invisível. Tudo que se torna importante seguir, aspirar e obedecer, se encontra no lado visível dessa separação, o que concerne ao lado invisível é a legitimação da existência do lado visível. É colocado nesta perspectiva a supressão de pautas que destoam do que é proposto do lado visível (SANTOS, 2007). Em termos gerais, Santos aponta como exemplo a distinção entre as cidades metropolitanas como parte do universo visível e os territórios coloniais como parte do universo do outro lado da linha, onde a ação para conflitos de um lado da linha é a dicotomia de regulação/emancipação, enquanto do outro lado, nos territórios coloniais por exemplo, a dicotomia correta seria apropriação/violência (SANTOS, 2007), evidencia-se aqui como o pensamento universal europeu sempre buscou deslegitimar o diferente e o trazer com rigidez ao conhecimento de uma perspectiva autoritária e estereótipo a pensamentos diferentes.

Já em Mignolo neste sentido, a ideia da subalternização dos pensamentos do outro influência na própria dinâmica de dominação e exploração daquele diferente nas minúcias convenientes do colonizador (MIGNOLO, 2017). A partir disso, é sabido que a Amazônia passa por processos antropológicos a muito tempo, e que grande parte deles contribuíram para a manutenção da floresta e seu ecossistema como se pode ser observado hoje. Toda essa estrutura de automanutenção e aproveitamento da terra para sobrevivência dos povos originários é sucateada pelas manivelas da colonização em sua busca cobiçosa por expandir o mercado mundial.

Com a modernização do europeu após a separação entre os civilizados e os bárbaros, os europeus potencializaram o acúmulo de riqueza central para o desenvolvimento do capitalismo. Sabe-se que a exploração tanto da escravidão como das riquezas das colônias dialoga diretamente com a acumulação que o capital necessitava para seu emergir como estrutura econômica hegemônica na Europa e em suas ramificações. A América Latina colaborou ativamente para a modernidade que se iniciava no continente europeu, sobretudo na contribuição dessa linha que foi oportunamente

utilizada pela estrutura capitalista de segregação e periferização dos outros, que não europeu, brancos e privilegiados pelo desenvolvimento alcançado em seus territórios.

2.4 O nascimento do capital na Amazônia

A colonização na América Latina sistematiza a ampliação da exploração capitalista fornecendo a forma da mais brutal, a saber, a acumulação primitiva que é item imprescindível ao sistema (HERRERA, 2019). Após a expropriação compulsória dos camponeses da Europa marcando parte da iniciativa desse modelo capitalista, a brutal escravização das populações originárias a serviço de seus senhores, junto da exportação de escravos vindo da África, trouxe ao capital a conquista da mais-valia. Essa exploração de mão de obra impulsionou a produção mercantil para o centro de toda estrutura econômica que se formava a partir do comércio de riquezas e especiarias vindas das colônias (COGGIOLA, 2011).

A exploração da América foi uma condição essencial para o nascimento do capitalismo, e, também, um índice de sua expansão em escala mundial: “as descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcaram o alvorecer da era da produção capitalista. Esses procedimentos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva (COGGIOLA, 2011, p. 142).

Essa base europeia colonial trouxe com ela mudanças que perpassam seus limites continentais e seria combustível para reger todo o restante das relações de comércio, dando início ao capitalismo mundial. As relações de exploração e trabalho desenvolvidas inicialmente nestas colônias foram pensadas para o abastecimento do comércio mundial, logo, as demandas externas regiam as manivelas do capital na produção e fornecimento de mercadorias, junto delas as relações entre capital e trabalho, exploração e escravidão (QUIJANO, 2005). Para organização do trabalho, as pessoas foram separadas seguindo critério raciais, é neste ponto da história que se torna regra na colônia a distinção entre brancos, índios, negros e mestiços (MAIA e FARIAS, 2020).

Nesta perspectiva pode-se inteirar como a relação de raça na América Latina é intrínseca à formação estrutural civilizatória do continente, e muitas vezes clara também na atualidade. Como instrumento europeu de separação entre o colonizador e o colonizado, a cor foi a característica dominante para a escolha de posições em cargos

importantes da sociedade, ao branco o assalariamento, ao restante a escravidão e/ou a servidão (MAIA e FARIAS, 2020).

A colonização do Brasil, por exemplo, trouxe excelentes resultados para a Coroa portuguesa que se especializou em buscar no além-mar suas maiores riquezas. Embora o início da colonização não tenha dado o mesmo resultado com a extração de metais, em comparação a colônia espanhola vizinha, Portugal investiu na terra e dela retirou itens que também serviriam de proveito para o comércio europeu de especiarias e extrativismo florestal. Com a estrutura desigual alicerçada na colônia, e a intensa injeção de mão de obra escrava provinda de suas outras colônias na África por exemplo, não é difícil entender a forma rápida e contínua que a Coroa portuguesa renovava e adentrava de forma assertiva ao continente (GALEANO, 2010).

Se torna evidente nesta perspectiva que a relação inicial de portugueses com os povos originários foi importante para que a colonização tivesse seus alicerces bem fixados no novo território. Há diversos cronistas que com maestria falam profundamente sobre as relações dos colonos com os colonizados, Pero Vaz Caminha parte da expedição de Pedro Álvares Cabral, Vespucci, Pero Lopes de Sousa dentre outros deixam notável a concordância quanto à importância desses povos, indígenas e posteriormente, dos negros para a efetiva colonização no Brasil (DIÉGUES JÚNIOR, 1980). Para Karl Arenz (2000), a mão de obra indígena forneceu por um longo período a rentabilidade econômica necessária da colônia portuguesa, ou seja, a servidão dos povos originários foi a manivela que forneceu lucro ao explorador satisfazendo o capital na incansável busca por mais valia (ARENZ, 2000).

Havia no entendimento do colonizador a ideia de modernizar e junto disso trazer a civilização para os bárbaros, o capital usufruiu desta estrutura de dominação para também implementar seus interesses nesta colônia. Segundo Artur Bispo Santos (2015), o capital no Brasil será o meio pelo qual trará fim as relações comunais, e dará início ao nascimento do imenso mercado de escravos, sendo ajustado posteriormente com o trabalho assalariado (SANTOS NETO, 2015). Como supracitado para o capital é necessário a extração de mais-valia, o lucro que só pode ser adquirido com a exploração do trabalho não pago (MARX, 2017). Diante disso, percebe-se então que no período da escravidão no Brasil houve uma grande exploração da acumulação produtiva dado as

ações feitas pelos escravos, que por sua relação de subalternidade e exploração deu ao capitalista os meios para aumentar seu lucro influenciando diretamente na intensidade da colonização. Coisas semelhantes aconteciam nas colônias espanholas.

O capital mercantil no período da colonização além de ajuntar riquezas geradas pela extração de mais valia dos trabalhos, como o extrativismo florestal, e/ou das riquezas como a prata, nas colônias espanholas, proporcionou a dominação do diferente, como mercadoria inicial e principal. Os navios negreiros provenientes da África que aportavam nos portos das colônias frequentemente potencializaram essa distinção. A consciência de que o diferente, o outro, não fazia parte da humanidade europeia, enraizou a segregação e mutilação do diferente, até que não sobre mais a vida para estes indivíduos (TODOROV, 1993), como se àquela condição de servidão fosse intrínseca ao explorado.

Em especial na Amazônia, a colonização foi gradativa nos espaços que eram desbravados. Iniciavam ocupações com agropecuária e recolhimento de produtos exóticos vindos da floresta que eram diretamente enviados à Europa. Importante destacar que nesta região a prática de plantio de cana-de-açúcar iniciado no litoral do novo continente não se fez eficaz justamente por motivos climáticos, sendo mais comum o extrativismo florestal já realizado pela população local (ARENZ, 2000), a Coroa portuguesa se desfrutava de itens tropicais fortes no mercado europeu, como algodão, arroz, cacau, café e outros (DIAS, 1967). O algodão, por exemplo, teve sua ascensão no Brasil, onde do porto de São Luiz do Maranhão saiam de 150 a 200 navios carregados do produto importante para a Europa sobretudo a Inglaterra do século XVIII (GALEANO, 2010).

O intento religioso das grandes navegações se fez presente nesta região que se deparava com selvagens que necessitavam da evangelização para salvarem suas almas, um gesto de piedade frente ao que aconteceria com povoados inteiros. Pode-se compreender também que socializar e/ou batizar estas pessoas, para além de invisibilizar toda a história que não era interessante para o colonizador, também padroniza e facilita o relacionamento entre o explorador e o explorado. As missões religiosas serviam como um instrumento de transição da floresta para a escravidão, ou servidão. Chegando um tempo em que Galeano (2010) diz que não havia tempo suficiente para a catequização dos indígenas frente a demanda de servidão e trabalhos forçados que a colônia exigia (GALEANO, 2010), porém o processo era feito para regularizar o relacionamento de

servidão. Além do critério serviçal, os povos originários eram fonte de estudos para diversos cronistas que não cessaram de vir com as caravanas;

[...] Depois de Caminha os que o seguiram nas narrativas sobre o Brasil se prendem ao aborígene: Vespucci, Luiz Ramirez, Hans Staden, o Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa, por exemplo, para citar alguns autores da primeira metade do século XVI. Todos eles fixam-se no indígena, e era natural que assim sucedesse, pois se apresentava este como objeto de curiosidade por se tratar de um tipo novo, que surgia aos olhos dos viajantes europeus (DIÉGUES JÚNIOR, 1980, p. 17).

Estes povos eram objeto de estudo quanto a seus hábitos, modos de organização, alimentação, enfim, sua maneira de ver o mundo (DIÉGUES JÚNIOR, 1980). Para além dos cronistas e os religiosos que vinham com esta instrumentalização científica e religiosa para com essas populações, o olhar devorador do capitalista almejava utilizar esta mão de obra não remunerada com as especificações necessárias para fazer da região amazônica mais um ponto de aproveitamento colonial. Todo esse combo de crueldade, servidão, desigualdade, racismo e demanda do jovem capital europeu na sua busca por acumulação, também é transferido para o território amazônico. Para se adentrar no que era considerado terra-morta, a Coroa portuguesa criou a Companhia do Grão-Pará e Maranhão, foi essa companhia responsável por adentrar ao Norte da colônia em busca de abrir caminhos para a expansão do poder da Coroa, esta foi a primeira ação séria dos colonizadores na Amazônia (DIAS, 1967).

Na medida em que se avançava para o interior da floresta, mais se demandava mão de obra, seja nos campos agrícolas e nas lavouras no Baixo Amazonas, ou na agricultura itinerante e de sobrevivência. Para suprir essa mão de obra a entrada do negro escravizado provindo dos navios africanos e de outras colônias na região foi importante para a perpetuação do comércio de navegação realizado pela Companhia Grão-Pará na região. Com o aumento das demandas a Companhia tirava o seu proveito fazendo esse traslado e contribuía para que a utilização da terra fosse de forma intensa e gradativa a cada chegada de novas forças de trabalho para serem exploradas (DIAS, 1967). Os anos foram se avançando e a exploração foi se acentuando na medida e no critério que era viável para o explorador e demandado pelo capital mercantil.

Com estes apontamentos pode-se assimilar que a colonização na América em geral propiciou mudanças em todo o mundo, e junto disso, uma mudança ainda mais

profunda neste continente. Os povos foram alterados, silenciados, subalternizados, explorados e a maior parte exterminados por uma visão do modernismo europeu que era também nova aos seus propagadores. Não separado, a terra sofreu da mesma estrutura de exploração tendo seus rios alterados, suas riquezas naturais e minerais abundantemente exauridas, vide as reservas de prata em Potosí, na colonização espanhola, veja as terras nordestinas com relação a plantação de cana no Brasil, e as reservas de ouro em Minas Gerais. O período de colonização foi superado, mas suas marcas e sua estrutura segregadora continua a influenciar as terras na Amazônia, a herança deixada pelos europeus ainda pulsa nas veias dos garimpeiros, dos fazendeiros, e de todos que não enxergam para além do que as necessidades do capital lhes permitem observar nesta estruturação alienada e segregadora.

2.5 O exemplo de transformação na Amazônia

A sequência histórica brasileira não foi diferente para os explorados, a continuidade do relacionamento de precariedade e desigualdade se fez presente em todos os avanços depois do fim da colônia e é possível também ser identificada atualmente. A matriz de exploração capitalista se empenha em fazer essas ex-colônias sul-americanas exercerem contínua subalternidade e dependência do capitalismo mundial. Estes locais se tornam pontos periféricos que colaboram em larga medida para a contínua acumulação de riqueza do capital central localizado em países desenvolvidos.

A Amazônia não saiu desta perspectiva, a estrutura que se observa é a lei geral de acumulação capitalista particular a um país dependente⁶. Essa superexploração é perceptível em diversos períodos em que o trabalhador foi e é explorado, a ponto de se sentir preso a uma estrutura que o exija trabalhos longos com pouca remuneração e uma grande dívida para com o seu próprio patrão. A exemplificação desta exploração nos remete à segunda metade do séc. XVIII, quando nos debruçamos sobre o período da borracha e todas as suas crises. Os seringueiros neste cenário, além de não receberem a aparelhagem necessária para a extração desta nova riqueza, auge do período; também vivenciavam outras dificuldades, que permeavam este trabalhador migrante nas viagens

⁶ “De tal modo, a lei geral, quando encontra o capitalismo periférico, sofre particularizações, ou seja, passa a ser reproduzida através de mecanismos e categorias próprias da acumulação dependente. Apesar disso, a lei geral não é negada ou refutada, apenas mediada com outras categorias” (ALMEIDA, 2022, p. 471).

até os locais dos seringais, que além de serem feitas em condições inumanas eram também taxadas destes trabalhadores. A falsa ideia de que o trabalho ali geraria uma melhoria de vida impulsionou diversas migrações (LOUREIRO, 2015).

Segundo Boris Fausto (2006), a borracha foi um dos produtos altamente necessário para o Brasil, sendo o segundo produto mais exportado entre 1898 e 1910, perdendo somente para o café (FAUSTO, 2006), mesmo sendo altamente requisitada e gerando um lucro relevante, os trabalhadores não desfrutavam desse sucesso econômico. Atraídos pelas grandes demandas de mão de obra para os seringais, nordestinos migraram para a região norte do país ocasionando um dos maiores fluxos de pessoas para a região. Fluxo que só diminuiu depois das intensas crises do produto, grande parte pela competição da Coroa britânica que inicia também a produção de látex em uma de suas colônias. A migração deu ao capitalismo o cenário necessário para que sua estrutura se ampliasse em sua forma mais pura de extração e exploração da mão de obra. Houve um aumento de pelo menos 46% da população em 10 anos (LOUREIRO, 2015).

Com o crescimento da mão de obra excedente, ou seja, mais oferta de mão de obra no mercado, a desigualdade na região ficou ainda mais latente. Sendo assim, pode se dizer que neste mesmo período relevante para a Amazônia, a região de mesmo modo passou por importantes pontos de desestruturação (LOUREIRO, 2015). Estes desequilíbrios que são possíveis observar quando se volta o olhar para o período da borracha na Amazônia, se tornam fundamentais para a demonstração fatídica da hierarquização da divisão social do trabalho na região, onde a sociedade se formava nos alicerces dos possuidores e os não detentores dos meios de produção, afinal; “É possível afirmar que a apropriação do excedente econômico produzido pelos trabalhadores (escravo, servo, camponês e operário) é a essência das sociedades de classe (SANTOS NETO, 2020, p. 173).”

A maioria desses nordestinos migrantes estavam fugindo da fome e da seca, e encontraram condições de se tornarem trabalhadores, embora fossem inseridos em um regime de cativo, pois quando o seringueiro tentava pagar a sua dívida perante o dono do barracão, nunca tinha o suficiente, o que fazia dele cativo ao trabalho mal remunerado (LOUREIRO, 2015, p. 25). Ter um aglomerado de trabalhadores em uma determinada região proporciona o caráter social do capital, o qual necessita desse movimento para exercer sua força social de controle e supervisão (SANTOS NETO, 2015).

Relacionado aos seringueiros, eles estavam em uma densa estrutura de exploração, ou seja, arrecadação de mais valia. O trabalhador além de não possuir as seringueiras para a extração do látex, nem os instrumentos para a retirada, deveria entregar o material extraído no barracão, onde eram armazenadas para o envio no exterior, mesmo local onde este trabalhador também obtinha por meio da compra os seus equipamentos para o trabalho e itens para sua sobrevivência. Como uma maneira de extrair seu próprio lucro, o dono do estabelecimento poderia colocar o preço que se achava necessário para a venda dos produtos e contemplava os seringueiros com créditos de acordo com a quantidade de material que entregavam no final do dia. Vale ressaltar que os créditos eram infinitamente menores do que o preço das mercadorias necessárias para o trabalhador, ocasionando o endividamento destes que agora se viam escravos dos itens de sua sobrevivência (LOUREIRO, 2015).

O Estado nesta relação beneficiava as elites dominantes⁷, em um regime plutocrático. O Brasil se empenhava em gerar mais lucro para os grandes donos das terras, e em larga medida, favorecer as elites que tinham relação direta com o estrangeiro. Embora houvesse avanços em Belém e Manaus, com a implementação de redes de energia elétrica, serviço de telefonia, água encanada e outras regalias que para o restante do país eram itens de luxo, nada se foi pensando quanto às necessidades dos seringueiros, propiciando ao trabalhador um único caminho de perpetuação do seus status de eterno devedor e escravo das suas relações de trabalho (FAUSTO, 2006)⁸.

A situação veio a piorar no decorrer da história com a crise da borracha no país. Após a diminuição da demanda e nascimento de concorrência no mercado mundial, principalmente com a Coroa inglesa iniciando a fabricação de látex em sua colônia no pacífico. O preço do produto se esvazia no mercado mundial e não era mais lucrativo para as elites brasileiras, ocasionando um rápido abandono do trabalho por parte dos atravessadores e mantenedores da exploração seringueira.

⁷ Embora dominadas pela necessidade de capital estrangeiro e o compartilhamento do lucro (LARA e DIOGO, 2020).

⁸ “[...] essas mudanças não conduziram, entretanto, à modificação das miseráveis condições de vida dos seringueiros que extraíram a borracha no interior (FAUSTO, 2006, p. 291)”.

Ainda hoje é possível encontrar seringueiros na Amazônia, mas nada como nos anos anteriores, a migração de nordestinos também diminuiu e os seringueiros tiveram que buscar outras maneiras de sobreviver frente a escassez. Muitos se tornaram madeireiros, garimpeiros, pescadores e outras atividades, mas são poucos os que conseguiram se desvencilhar de uma relação direta de exploração frente ao capital (DIÉGUES JÚNIOR, 1980). Entende-se então que estas populações que se estabeleceram na região ao longo dos anos, a saber as comunidades tradicionais e a migrante, sempre exerceram as posições subalternas nesta estrutura capitalista desde a colonização, e hoje são as que mais sofrem com as precariedades de suas condições históricas e reais de sociedade.

Outro salto que potencializa o esquecimento dessas populações foi a industrialização da região⁹. Diversos fatores colaboraram para que o Brasil se industrializa-se, aqui temos alguns como: a influência com a CEPAL criada em 1948; e a criação da Zona Franca de Manaus, o que abriu as portas da Amazônia para o Capitalismo Mundial transnacional, trouxe a implementação de empresas multinacionais que são a materialização da acumulação de mais valia e exploração do trabalhador proletariado (AGUIAR, 2020). Além é claro dos incentivos dados pelo Estado ao capital transnacional como renúncias fiscais.

As empresas multinacionais são a principal forma institucional desta classe capitalista transnacional e a magnitude das transformações que elas estão a suscitar na economia mundial está patente no facto de que mais de um terço do produto industrial mundial é produzido por estas empresas e de que uma percentagem muito mais elevada é transacionado entre elas (SANTOS, 2002, p. 32).

Embora se veja com bons olhos a industrialização da Amazônia com as prospecções de industrializar para a demanda nacional, nada foi feito em relação às comunidades tradicionais, as que atualmente ainda sofrem com a falta de capacidades mínimas de sobrevivência. Para eles restou a imposição do desenvolvimento que não os incluía, devastar suas florestas com a construção de rodovias, poluir seus rios com o aumento da navegação e desvalorizar sua mão de obra.

⁹ Não se pretende debruçar aqui em como se deu a questão industrial no Brasil, somente elencar que estas populações sempre exerceram este grau de subalternidade e descaso frente ao capital.

Alguns exemplos podem ser vistos pela incansável exploração de suas terras por mineradoras guiados pelo lucro para o grande capital¹⁰, o que será exposto nos capítulos subsequentes. Os frequentes cortes em programas sociais para levar rendas à estas populações também potencializaram a vulnerabilidade social (BARTABURU, 2020), a contaminação de fontes vitais para as comunidades ribeirinhas (SANTOS, 2019), o aumento da mineração ilegal em terras indígenas (GIRARDI, 2021), são alguns dos problemas que estas populações periféricas precisam enfrentar na contemporaneidade e muitos deles demandam custos muito alto para estas populações. Só o Estado do Amazonas possui um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano, segundos os dados mais atuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2020), onde mostram que o Amazonas tem o IDH de 0,674 e segue para a linha internacional da pobreza ocupando a 3ª posição nacional tendo 14,4% da população abaixo desse limite internacional (IBGE, 2020).

Do mesmo modo é preciso ressaltar aqui que em nenhum período da história do Brasil houve uma mudança nessa relação de desigualdade, ainda hoje é possível identificar movimentos que beneficiam as elites dominantes no país e ao mesmo tempo diminui a já pífia condição do trabalhador em adquirir seus direitos básicos de subsistência. Tornando assim, tanto os migrantes quanto os ameríndios, a sociedade amazônica que após anos às margens dos rios continuam a lutar contra o fim dos meios mínimos de sobrevivência e sustento e de sua família, grande parte delas as que foram ensinadas a viverem em harmonia com a floresta e o meio ambiente em geral (CABRAL, 2002).

Dito isso, o próximo capítulo se empenhará em demonstrar como esta grande região Amazônica passou por mudanças organizacionais na tentativa de se trazer um protagonismo para os Estados da região e seus povos amazônicos. Porém, parece ser insuficiente quando se observa o todo que tem acontecido no território e as políticas que têm chegado até estas populações. Os apontamentos são intrínsecos às tentativas de se estabelecer uma união dos povos amazônicos que possuem Estados com diferentes

¹⁰ Empenha-se aqui noticiar sobre o movimento das grandes mineradoras que usam da falta de fiscalização e carência destes povos para degradar e piorar a vida como um todo dessas comunidades tradicionais (EITA, 2020).

interesses. E como a agenda ambiental colaborou e continua sendo um promissor caminho para que todos da região sejam alcançados por mudanças pertinentes às demandas locais.

3. AMAZÔNIA POLÍTICA, AMBIENTAL E COMERCIAL

Este capítulo tem como premissa entender de forma mais aprofundada como se estabeleceu a organização política dos Estados Amazônicos e não observando apenas suas relações políticas, mas também alguns acordos econômicos. E como estes laços contribuíram com o avanço do capital na região, aumentando desigualdades e colocando os povos originários e populações locais à parte do aparente desenvolvimento regional que se pretendia.

Para tanto, é importante dimensionar que houve desdobramentos históricos relevantes para que os Estados se voltassem para essa construção de uma Amazônia mais integrada nacional e internacionalmente. Ações essas que em larga medida ainda são pautas não solucionadas e que retornam quando se busca entender a região. No Brasil por exemplo, o regime cívico militar iniciado após o golpe de 1964 estabeleceu um movimento de apropriação nesta região considerada na época um “vazio populacional”, a fim de levar o desenvolvimento regional e impulsionar o crescimento regional na Amazônia. O que trouxe na realidade mais violações e mortes sobretudo aos povos originários da região, povos como Tenharim e Jiahui viram suas terras serem atravessadas pela Transamazônica e suas populações diminuir ou quase desaparecerem pelos problemas decorrentes dessa construção desenvolvimentista (FARIAS, 2014).

O plano do governo ditatorial, excluiu toda alternativa que fosse diferente do desenvolvimento a qualquer custo que ele propunha em seus discursos sobre a região. Corroborando com isso, foram instituídos instrumentos neste governo na região para o cumprimento do proposto como por exemplo a SUDAM¹¹ e SUFRAMA¹², estabelecidos em 1966 e 1967 respectivamente, com a função de encontrar um potencial econômico para a região bem como estimular o desenvolvimento e migração principalmente do Nordeste do país, preocupação inerente ao governo Médici (MIRANDA, 2018). Para a presente pesquisa, o que vale destacar sobre este período está no empenho do governo em levar um desenvolvimento a todo custo sem a oitiva das populações, o que demonstra entre os pesquisadores sobre a época, o interesse industrial e busca de recursos financeiros diferentes dos produtos e propostas do povo amazônico (FARIAS, 2014).

¹¹ SUDAM - (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia).

¹² SUFRAMA – (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

Esta suposta negligência conveniente com as propostas de desenvolvimento e exclusão do pensamento e demanda real das populações regionais é frequentemente vista desde o movimento europeu no continente, como dito no capítulo anterior. Mas a ditadura cívico militar em específico trouxe a elevação das desapropriações locais, culturais e sociais destes povos. Populações indígenas inteiras foram acometidas por diversas novas doenças e agravamentos de problemas sociais se tornaram evidentes na construção da Transamazônica que atualmente continua sendo um trecho de frequentes problemas quanto à sua implantação, denunciando assim o tamanho da sua complexidade (MIRANDA, 2018).

Dito isso, este capítulo aponta em como se estabeleceu politicamente as relações dos países na Amazônia, as dificuldades no compartilhamento de interesses na transformação da região em um potencial polo de produção. A formação da Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia como uma das tentativas de administração regional e um lugar para se discutir pontos convenientes aos interesses exógenos à grande Amazônia Internacional. Junto disso, busca entender o lugar da Amazônia na divisão internacional do trabalho no capitalismo. De mesmo modo, fornecer um melhor entendimento em como se estabeleceu a matriz capitalista na região e a relação do capitalismo e o meio ambiente, bem como os problemas intrínsecos aos povos e a natureza nesta perspectiva.

3.2 Os Estados Amazônicos e seu plano de Cooperação

Na busca por reafirmação de suas fronteiras e soberanias, os Estados amazônicos ou da grande Bacia Amazônica iniciaram a celebração de vários acordos bilaterais com a prerrogativa política de se afirmarem como Estados soberanos também nesta região. Mas o início do pensamento de integração dessa região pode ser observado desde as ações de José Bueno em 1864. O jurista buscou trazer uma relação integrada entre os povos da considerada Bacia Amazônica no critério econômico, como também em relações políticas mais harmoniosas. Porém, essa junção dos interesses dos Estados não foi agradável a todos e acabou não tendo efetividade entre os possíveis signatários (CARVALHO, 2009).

Este movimento se torna uma agenda relevante novamente na região em meados de 1940, com o governo brasileiro pelo então presidente Getúlio Vargas, já com suas impressões desenvolvimentistas e buscando se livrar politicamente de interferências

externas que porventura trouxessem algum tipo de ameaça às soberanias dos Estados presentes ali. O então presidente sugeriu uma compreensão mais conjunta dos países da região. Alguns autores consideram estes diálogos como embrionários para o que seria celebrado no futuro como o Tratado de Cooperação da Amazônia (CARVALHO, 2009).

Vale lembrar que nesta mesma década se iniciava a estratégia da política externa estadunidense na América Latina, mais diretamente essa influência do capital imperialista buscava ter controle estratégico das reservas minerais, item com bastante demanda sobretudo dos países industrializados (MARCHIONI, 2011), no pós-guerra¹³. Buscando cumprir seu plano de ocupar esse “vazio populacional” (FARIAS, 2014) e, segundo a narrativa do governo, fazer a região se desviar destas influências externas, o Brasil se empenha e gerar um movimento regional de apropriação da Amazônia celebrando acordo com os pertencentes dela.

O Tratado de Cooperação dos Estados da Bacia Amazônia, por exemplo, é considerado um movimento claro do Brasil na região, mas junto dele o país também apresentou outras propostas de cooperação entre estes Estados. A iniciativa do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, embora tenha sido aprovado por todos os Estados em uma conferência realizada em 1948 na cidade de Iquitos no Peru, foi ratificada somente nos governos da França e do Equador. O Instituto lidaria com pesquisas diversas na região e sobre ela, mas foi politicamente vencido com o temor dos países em uma internacionalização da Amazônia, e nas ressalvas que o projeto traz sobre as soberanias destes países (CARVALHO, 2009).

Muitos foram os movimentos, principalmente dos governos brasileiros em trazer uma organização que fosse afirmativa a soberania da região. Sobretudo que permitisse aos países um desenvolvimento que acompanhasse os investimentos e as demandas do capital também nesta região de difícil acesso, com riquezas expectadas por vários países regionais e mundiais.

¹³ Essa busca por reservas continua na atualidade e pode se considerar um dos principais fatores de investimentos atrelados ao capital estrangeiro nos países em desenvolvimentos na contemporaneidade.

O Pacto Amazônico iniciado com reuniões e mesas de negociações em 1976, foi a elaboração mais concreta do que seria o Tratado de Cooperação da Amazônia, isso porque na mesma época o mundo vivia a crise do petróleo, o que em resumo encareceu o comércio intercontinental e fez com que os países latino-americanos, por exemplo, buscassem os mesmos produtos em seus vizinhos mais próximos. Para formulação do documento foram separadas três linhas de negociações, a fim de trazer as especificidades de cada Estado para a formulação do documento que encontrava entre os signatários diversos níveis de desenvolvimento, o projeto final foi assinado por todos em 1978 (CARVALHO, 2009).

Para além da questão comercial, nesta mesma época os movimentos ambientais internacionais¹⁴ ganhavam relevância contribuindo em certa medida a preocupação dos países quanto a maneira de implementação do desenvolvimento e preservação da floresta, e em específico a floresta Amazônica amplamente considerada como a maior floresta tropical do planeta (FILIÚ, MARTIN, *et al.*, 2023).

O Tratado de Cooperação da Amazônia se tornou o principal instrumento de coordenação dos interesses dos países pertencentes a Amazônia. Narrativas como levar um desenvolvimento econômico sustentável e o compartilhamento de informações intrínsecas a melhoria da qualidade de vida das populações ali presentes, contribuía para prospecção maior de proteção ao meio ambiente e colaboração no incremento nacional de desenvolvimento em cada um dos países signatários.

O Tratado de Cooperação Amazônico é, portanto, um tratado internacional, pois, foi celebrado, pelos oito Estados amazônicos, com o objetivo de dar início a uma cooperação regional, criando, a partir dele, direitos e deveres para seus signatários (CARVALHO, 2009, p. 86).

O Tratado de Cooperação Amazônico se transforma em Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia, quando administrativamente não se sustentava como apartado regulado, e não mais cumpria com o desejo de seus signatários. Por ser um Tratado assinado em conjunto por Ministros de Relações Exteriores do bloco, não possui caracterização jurídica. Mas é na reunião do ano de 1989 que o bloco passaria por uma reformulação, iniciando suas atividades em uma secretaria permanente em Brasília, e tendo reconhecimento de sua personalidade jurídica internacional, sendo apto a contrair

¹⁴ Serão mencionados propriamente no decorrer deste capítulo.

empréstimos internacionais e participar de acordos com entidades internacionais para a preservação do meio ambiente e busca de melhorias para a região (FILIPPI e MACEDO, 2021).

Embora seu ambiente seja mais propício para discussões relevantes sobre a região amazônica em geral, diversos críticos apontam a inércia da Organização quanto a um mecanismo independente de transformação regional, isso pelo entendimento de que alguns objetivos específicos do TCA já são parte de outros acordos feitos pelos países como MERCOSUL, UNASUL e outros. E por ter características regionais evidentes os outros acordos comerciais se sobressaem, sendo a Organização pleiteada com alguma demanda relevante sobretudo em assuntos inerentes à internacionalização da Amazônia e dentre outros fóruns de negociação ambiental (NUNES, 2016).

3.3 Os mecanismos de expansão do capitalismo e a posição da América Latina

O mundo tem se organizado de forma semelhante desde a criação ideológica da modernidade e da distinção entre os europeus e “outros”, acentuada pós descobrimento das Américas¹⁵. Essa separação trouxe para este novo continente uma nova organização em todas as áreas dessa sociedade que se formava. A América Latina ocupa o espaço periférico neste cenário de divisão internacional do trabalho (DIT). Muitos são os pensadores que expõem em suas pesquisas o quanto o colonialismo e o imperialismo histórico exerceram relevante influência na forma dinâmica de relacionamento entre os países e suas maneiras de se comportar nesta grande máquina mundial.

Historicamente destacam-se a partir do século XVI o trabalho livre e assalariado nas metrópoles enquanto nas colônias apontava as precariedades e imposição do trabalho escravo na produção de produtos primários e extração de metais preciosos¹⁶. O início da industrialização na Inglaterra no século XVIII e XIX, trouxe a permanência do trabalho assalariado junto à indústria, e a continuação do trabalho escravo nas periferias, sobretudo na produção de itens primários. O trabalho assalariado chega nestas partes periféricas por

¹⁵ Conceitos abordados no capítulo anterior.

¹⁶ Vale mencionar nesta perspectiva que a colônia não experimenta o processo de fim do feudalismo e início da nova estrutura capitalista, mas é também incluída neste cenário quando Portugal cria as capitanias hereditárias, com o objetivo de afirmar a propriedade privada da terra e ao trabalho assalariado.

volta do final do século XIX¹⁷, precarizando ainda mais a forma de execução deste labor e com evidências implícitas de similaridades com o sistema escravista anterior, sendo ainda possível observar a escravidão em muitas relações de trabalho neste ambiente longe da realidade europeia. Estes estágios clássicos mencionados acima são referentes a divisão internacional do trabalho ditas sobretudo por Folker Fröbel e Jürgen Kreye (COSENZA, 2015).

Importante ressaltar que o entendimento contemporâneo sobre a DIT foi transformado quando colocado em comparação com a escravidão e trabalhos não remunerados da antiguidade, mas não se diferem do conceito amplo de dependência dos países periféricos para com a dependência de suas antigas metrópoles. De forma ampla a concepção se alude na existência de poucos países industrializados que geram a demanda de muitos países exportadores de matérias primas para esta industrialização.

Essa periferização ou organização das disposições demandadas pelo centro industrial neste grande sistema de distribuição de funções, exercem para os países desenvolvidos um local de controle financeiro mundial, consolidação de oligarquias e controle de produtos e mercados importantes para o centro. José Menezes (2023) traz que a exportação de capital do centro a estes pontos periféricos resulta no endividamento e controle desses espaços. Esse movimento realizado sobretudo da forma de empréstimos destes grandes centros chega transfigurados em fomentos para importações (GOMES, 2023).

Durante a segunda metade do século XIX, o movimento essencial dessa exportação de capital se deu nos empréstimos públicos vinculados à construção ferroviária ou aos investimentos externos motivados pela garantia de rentabilidade oferecida pelos estados subdesenvolvidos. (GOMES, 2023, p. 07).

Em resumo no centro desta divisão internacional do trabalho é realizado a pesquisa e o avanço dos resultados do trabalho, já nas periferias cumprem a função de fornecimento de matéria prima e manufaturadas para o centro, grande parte pelas garantias que estes espaços precisam assegurar para que recebam investimentos.

¹⁷ Após a abolição em 1888, há um grande movimento de migrantes para trabalho na lavoura de café, por exemplo.

A América Latina sempre se comportou como coadjuvante do desenvolvimento que aconteciam nos países do centro, seja na colonização ou depois dela¹⁸. Os avanços tecnológicos que alcançavam a este continente geralmente eram os despojos das evoluções passadas destes grandes centros urbanos europeus industriais. Aliás, pode-se dizer que não se veria avanços de tamanhas proporções como os acontecimentos históricos, se não houvesse o interesse dos europeus nas matérias primas latino-americanas ou se este novo continente não tivesse tanto a oferecer aos desejos europeus¹⁹.

Os países latino-americanos recebem influência direta destes centros afim de se utilizarem de seus recursos para abastecimento das demandas globais, sendo a mineração um dos principais pontos de exploração. A estrutura que conhecemos hoje de mineração na América Latina, tem sido agregada ao desenvolvimento da divisão internacional do trabalho desde a chegada dos colonizadores ao continente. Porém, é a partir do início da hegemonia dos Estados Unidos que se observa a concordância da dominação de setores importantes como o mineral pelos países centrais. Vale lembrar que, a política externa estadunidense no pós-guerra se voltou para as reservar de minério que eram abundantes nos países periféricos (MARCHIONI, 2011). Acordos internacionais de cooperação estratégicos foram assinados a fim de delimitar fornecimentos exclusivos entre EUA e América Latina já antes da metade do séc. XX, sabendo que outros países industrializados também expressavam interesses pelo mesmo setor (MARCHIONI, 2011).

Na particularidade brasileira, foram muitas as iniciativas de readequação do interesse dos países centrais;

a política de “reestruturação nacional”, praticada por meio das instituições do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, incentivou a desregulamentação dos setores da produção e do comércio, e das legislações trabalhistas e ambiental, e a desnacionalização econômica de praticamente todos os setores produtivos estratégicos do país (MARCHIONI, 2011, p. 39).

¹⁸ Há outros países que também sofreram quanto a era colonial, vide outras colônias que foram saqueadas e escravizadas tendo como maior exemplo o continente africano.

¹⁹ Galeano (2010) expõe que estes interesses só mudaram de direcionamento depois da Segunda Guerra Mundial com os investimentos na reconstrução da Europa realizada pelos Estados Unidos (GALEANO, 2010).

O impulsionamento de empresas transnacionais no setor mineral, de mesmo modo, contribuiu para que os interesses no sentido centro-periferia estivessem ainda mais alinhados. A regulamentação brasileira, por exemplo, aderiu a uma mudança constitucional através da Lei 9.314/97, permitindo o Investimento Direto do Estrangeiro no setor minerário (MARCHIONI, 2011). A potencialização dessa influência estrangeira no setor que mais causa problemas ambientais e ecológicos aos povos e a natureza em geral, pode ser vista como problemática quando entende-se que as demandas para a extração do material não necessariamente agregam as necessidades das populações inclusas neste processo.

Investimentos principalmente dos Estados Unidos encontraram na América Latina uma porção de vulnerabilidades históricas. Gomes (2020) traz dados dessa vulnerabilidade no Brasil quanto a balança de pagamento entre 1947 e 2015, acrescentando ainda que no período do Regime Cívico Militar houve o agravamento e endividamento externo, segue o gráfico que demonstra quantitativamente estes apontamentos (GOMES e MEDEIROS, 2020).

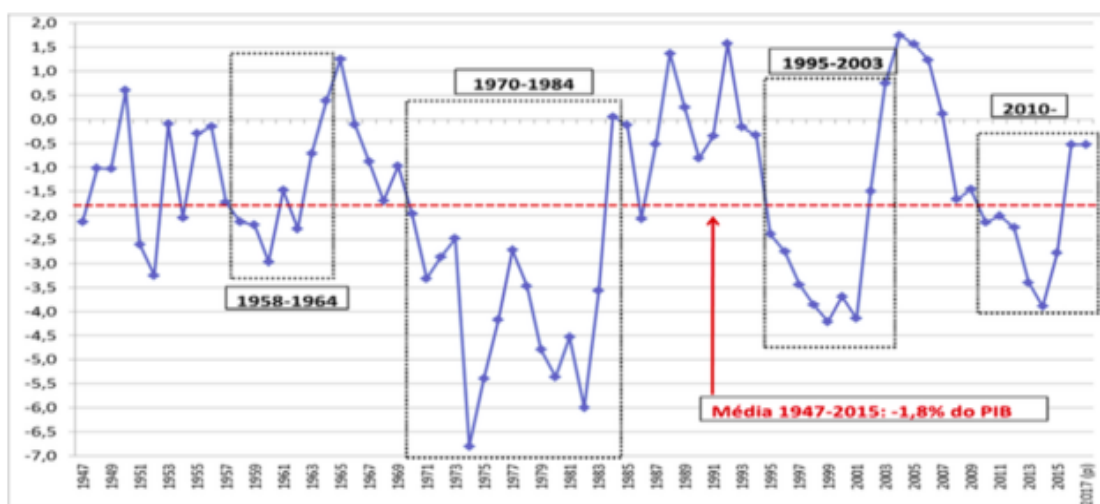


Gráfico 1- Transações Correntes - Brasil - 1947 a 2015.

Fonte: (IPEA, 2016)

Seja no embrião da indústria local que tardiamente se formava, seja pela vontade de uma burguesia local que se tornou aliada aos investimentos do centro, é notável que estes movimentos trouxeram ainda mais imposições nos setores importantes para o

desenvolvimento do país²⁰. Com advento da chegada de instituições como o Banco Mundial e o FMI²¹, os países precisavam agora atender as políticas de ampliação de setores como agronegócio e mineração (GOMES e MEDEIROS, 2020). Exemplo disso se deu na privatização da mineradora Vale do Rio Doce (CVRD), fundada em 1942, mas privatizada em 1997.

A empresa foi privatizada diante do interesse de diversas companhias estrangeiras que se beneficiaram com a janela de oportunidade de ocuparem 41% do total da empresa por um valor inferior, em comparação ao real valor da empresa com suas reservas estimadas. Visto que no mesmo ano de privatização da empresa um relatório foi emitido diminuindo o valor de suas reservas de minérios, consequentemente seu valor de mercado. O relatório foi feito por uma empresa de consultoria indiretamente ligada uma empresa que tinha interesse na compra da mineradora. Hoje o capital estrangeiro possui 60,8% da participação nos negócios da Vale do Rio Doce e com preferência na distribuição dos lucros (MARCHIONI, 2011).

Lembra Galeano, que diz; “O capital imperialista apossa-se dos mercados por dentro, fazendo com que se tornem seus os setores cardeais da indústria local (GALEANO, 2010, p. 274)”. Movimentos como estes não são exclusivos no Brasil, e isso sobretudo eclipsa o real desenvolvimento regional da América Latina e inviabiliza suas formas de crescimento, uma vez que reduz sua existência a necessidade de suprimento das necessidades do eixo central desta divisão internacional do trabalho, a pobreza gerada neste complexo continente é diretamente ligada a riqueza que opera nos EUA e na Europa (GALEANO, 2010).

Dito isso pode-se afirmar então que a divisão internacional do trabalho lida diretamente com a relação entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, sendo o segundo suscetível a cumprir as demandas diretas dos países desenvolvidos, se fazendo perdurar as desigualdades que são intrínsecas à historicidade de cada país e as influências que perpetuaram a estrutura de exploração dos países desenvolvidos (COSENZA, 2015).

²⁰ Acordos entre o centro e a periferia impulsionaram a dependência regional e nacional (GALEANO, 2010).

²¹ FMI (Fundo Monetário Internacional).

A busca por um desenvolvimento que fosse puramente exploratório a fim de trazer evoluções e crescimento tem causado desequilíbrios em todo o mundo desde a revolução industrial. Se faz necessário então, se debruçar sobre os problemas que nascem nesta busca desimpedida por recursos naturais e crescimento econômico. Sendo o meio ambiente a principal fonte de matérias primas, ele e tudo que se envolve neste meio é afetado direta ou indiretamente com estes desdobramentos.

3.4 O capitalismo e o meio ambiente

O capitalismo segundo as vertentes marxistas é o principal fator que vai transformar por completo a relação do homem com a natureza e entre estes homens na sociedade, neste sistema as necessidades são impulsionadas agora pelo valor de troca (MARX, 1985). Soma-se neste apontamento o entendimento de Marx no livro 3 de O Capital, sobre fatores que podem contrariar a lei de tendência a queda da taxa de lucro. Dentre estes fatores, o barateamento do capital constante pode ser alterado a depender da produtividade dos setores de produção. E isso pode ser interpretado através dos avanços técnicos, por meio da precarização do trabalho, dentre outros (MARX, 2017). Mas também por meio de práticas nocivas ao meio ambiente e contra a natureza, ou seja, crimes ambientais, que refletem direta e indiretamente em crimes socioambientais, como o exemplo atual do caso dos povos yanomamis que será desenvolvido no último capítulo.

Pode-se considerar o lucro objeto importante nesta estrutura, e uma ação de proteção ou de mínimo cuidado para com a natureza e as relações dos povos dependentes dela nestes processos²² pode ser potencialmente problemático à porcentagem de lucro nesta estrutura, a partir deste momento pode-se identificar a produção destrutiva e a necessidade da precarização do trabalho para a acumulação do excedente da produção, que a muito interessa o capitalista, “[...] a dinâmica do modo de produção capitalista é comandada pela reprodução ampliada do capital, que significa cada vez mais acumulação, produção crescente de mercadorias e aumento de extração de mais-valor (VIANA, 2016, p. 184)”.

A estrutura desse capitalismo possui peculiaridades que só foram possíveis diante do avanço das revoluções burguesas do século XVII, uma dessas é seu caráter

²² Leia-se aqui os processos de extração de minérios, garimpagem e/ou todos os outros processos que causam danos a curto e a longo prazo para populações, faunas e floras da região.

socioeconômico que nas mãos da burguesia sendo a classe dominante, imbui suas demandas não somente na relação econômica entre os homens, mas também na ideologia e modo de viver e se organizar (MARTINELLI, 2000). O movimento então está em encontrar nas determinações de Karl Marx (1985) onde a natureza e os recursos naturais se tornam parte pulsante desta grande estrutura do capital, e entender a causalidade de serem pontos tão frágeis e constantemente ameaçados.

Junto da teoria marxista, é possível interpretar que os recursos naturais²³ nesse processo de produção, não alteram o seu valor mediante o processo de produção e são intensamente necessários para que todo o restante do processo de agregar valor e gerar o excedente de produção e mais valia seja feito. O capital em sua integridade, não reconhece a finitude desses recursos ou dos elementos necessários para a manutenção do fornecimento de matérias primas, somando este, às diversas contradições do capitalismo, se tem o combustível necessário para mais uma de suas crises. “O que esse processo apresenta é que o modo de produção capitalista é expansionista. [...] A acumulação de capital é supostamente e hipoteticamente “infinita”, mas o planeta terra é finito” (VIANA, 2016, p. 184).

O ambientalista e pesquisador James O'Connor (2012), usa a teoria marxista na perspectiva da segunda contradição, para ele o capital e seu desenvolvimento mundial não levou em consideração as externalidades²⁴ do seu movimento em busca do lucro e da produção de mercadorias (MONTIBELLER FILHO, 2000) e é o que gera diversas crises do capital com estes outros elementos não avaliados ou não parte do processo de produção. Sobre estas crises O'Connor diz que ainda assim “pode verificar uma recessão que serve para superar as carências das condições de produção, restabelecer a disciplina do trabalho e criar flexibilidades (O'CONNOR, 2012, p. 42). O que em outras palavras o capitalismo se reconfigura para lidar com estas contradições que aparecem nestes intervalos, mas mantém a busca por recursos e acumulação de excedentes. Dito isso, O'Connor se faz entender que são esses momentos de contradições, que podem fazer o custo do capital constante ser maior, no que tange a quantidade e valor sendo também os

²³ Aqui leia-se a matéria-prima retirada da natureza.

²⁴ São colocadas externalidades aqui, os custos externos e sociais que não estão contabilizados no mercado (MONTIBELLER FILHO, 2000).

principais pontos de diminuição da flexibilidade deste em se relacionar com o espaço, a terra, os recursos e o trabalho (O'CONNOR, 2012).

A natureza é importante para o capital, assim como a força de trabalho, sobretudo é necessário mencionar que o ímpeto do capital sobre a natureza não exerce despesas na apropriação, somente o investimento da aplicação do capital na extração daquele produto e transformação em matéria-prima²⁵ é exigido. Partindo deste pressuposto da alienação da natureza às demandas produtivas do capital, compreende-se a necessidade do capital na apropriação da natureza com a ideologia desenvolvimentista que ocasionaria o aumento da produção (MONTIBELLER FILHO, 2000), o que de fato foi exposto nas Conferências Internacionais em que se colocaram em pauta o desenvolvimento como critério intrínseco a resolução dos problemas ambientais globais.

O capitalismo enxerga a questão ambiental como um problema não solúvel seja qual for o grau de flexibilidade da estrutura para com a demanda desta agenda, isso pelo fato de não ser um tema que possa ser absorvido pela estrutura sem que comprometa a sua integridade como modo de produção dominante. Mészáros (2011) traz parte deste apontamento quando diz que existem movimentos de “questão única” e que não são integráveis, pelo fato de parecerem irracionais ao sistema do capital e ao estruturalismo burguês em ceder de forma tão exponencial, a ponto de comprometer o sistema como um todo (MÉSZÁROS, 2011). Saito (2021) contribui nessa explicação sobre a questão ambiental na estrutura capitalista quando diz que:

O principal problema das ecocrises capitalistas não é apenas que o capitalismo, como resultado do desperdício da produção em massa, em algum momento no futuro sofrerá com o aumento do preço e a falta de matérias-primas (e uma possível queda da taxa de lucro correspondente) e não mais satisfará com eficiência as necessidades humanas. Em vez disso, o problema está na experiência subjetiva da alienação, o que garante que o modo de produção capitalista mine a base material para o desenvolvimento humano sustentável devido à ruptura metabólica (SAITO, 2021, p. 175).

Na crítica a estrutura limitante em que se pode observar a América Latina neste cenário, a estrutura capitalista é certamente a principal propiciadora e mantenedora deste status quo. Kohei Saito (2021) diz que os estudos de Marx e sua forma de observar a

²⁵ [...] o próprio objeto do trabalho já é, por assim dizer, filtrado por um trabalho anterior, então chamamos de matéria-prima, como por exemplo, o minério já extraído da mina e que agora será lavado (MARX, 1985, p. 328).

divisão do trabalho não negligencia a terra e a natureza, mas na verdade Marx a coloca como umas das partes originárias que junto com o ser humano manifestam a “interação metabólica entre o homem e natureza” (SAITO, 2021, p. 166). Dito isso, para Marx até mesmo o desenvolvimento capitalista sustentável gera desgastes e esgotamento dos recursos naturais.

3.5 A temática ambiental como ponto inicial e abertura para o olhar voltado a Amazônia e seus recursos

A pauta ambiental se torna mais proeminente no cenário internacional depois da metade do séc. XX, pesquisadores e cientistas interessados em fenômenos de desequilíbrio ecológico, se empenham sobre a temática e fornecem diversos conteúdos sobre a influência antropológica na natureza. Como supracitado, os pontos depois da revolução industrial são os que mais se podem delimitar uma mudança relevante neste cenário, o que em resumo potencializou o desequilíbrio global dos ecossistemas e do planeta. Dito isso, estes estudos colaboram para que a agenda ganhe relevância em diversas discussões em mesas de negociações, não somente pela sua iminência quanto a uma problemática intrínseca à vida no planeta, mas também na dinâmica de ações dos seres humanos para com o ambiente.

Dentre as temáticas dos estudos, levantamentos condensam a certeza de que os problemas ambientais são pautas que integram os Estados e a população civil. Seja pelos danos apontados que não se limitam às fronteiras estatais, seja pelas populações mais vulneráveis que sofrem direta e indiretamente, e ou seja pela culpabilidade dos países mais industrializados e desenvolvidos, em contrapartida dos países explorados, ex-colônias e subdesenvolvidos por diversos motivos. Estes países mais vulneráveis não possuem capacidades imediatas de mitigação ou adaptação às mudanças climáticas. Em uma análise direta do internacional, a temática ambiental trouxe para a mesa de discussão as vulnerabilidades que a divisão internacional do trabalho no capitalismo sempre buscou encobrir, a saber os desequilíbrios gerados quando a estrutura econômica internacional cresce na mesma medida em que se desenvolve ao centro, despejando em suas periferias resíduos múltiplos e complexos que sem um controle, mitigação e ou adaptação, podem até mesmo inviabilizar a continuidade da exploração a longo prazo (HERCULANO, 2008).

A Conferência de Estocolmo de 1972, foi um relevante acontecimento para as agendas ambientais que já buscavam relevância desde a década de 60. O relatório pós conferência foi considerado a primeira iniciativa global de que a maioria dos países demonstravam a disposição em lidar globalmente com os assuntos ambientais, nele se expressava a necessidade de colocar o ser humano como principal solucionador dos desequilíbrios ao planeta, pela sua racionalidade, e também expõe as atividades antrópicas desde o período da industrialização como seus maiores colaboradores para a acentuação da problemática ambiental, expondo assim que as atitudes imprudentes humanas após o esclarecimento dessas demandas, podem potencializar os problemas a ponto de comprometer o meio ambiente e a sobrevivência humana (SOARES, 2003).

É nesta conferência também que se colocam na mesa para a resolução do que se propunha Estados do norte e do sul global, já com suas diferenças desenvolvimentistas, sendo os países de terceiro mundo os mais preocupados com a degradação ambiental e a qualidade de vida de suas populações.

A partir desta conferência, que também se inicia o conceito de Ecodesenvolvimento, termo embora dito por Maurice Strong (1972), foi desenvolvido pós Estocolmo por Ignacy Sachs (1981) que expõe a necessidade de uma mudança na forma de se estruturar a sociedade e desenvolver práticas que estejam alinhadas com o meio ambiente, a economia, e as demandas sociais em sintonia (SACHS, 1981). Para isso, ele fala sobre cinco dimensões que deveriam ser seguidas para estruturar uma sociedade que desenvolvesse o ecodesenvolvimento. Sachs fala sobre a sustentabilidades; social, econômica, ecológica, espacial geográfica, cultural.

A dimensão da sustentabilidade social busca lidar com as desigualdades entre as populações, com isso ele propõe um desenvolvimento que incremente empregos e que melhor distribua os recursos como renda e bens, buscando diminuir a disparidade entre ricos e pobres. A dimensão sustentabilidade econômica perpassa pela independência financeira externa dos países principalmente do sul global, uma utilização mais consciente dos recursos nestes locais e a responsabilização de empresas por possíveis danos ambientais, além de um olhar macrosocial e não somente microeconômico, que potencialize o compartilhamento de tecnologias e experiências (SACHS, 1993).

Já a dimensão da sustentabilidade ecológica buscaria lidar com a extração de recursos e deformação do equilíbrio do planeta, nela deveria ser pensado o melhor aproveitamento dos recursos renováveis do planeta e o abandono ou a diminuição significativa da extração de recursos que causam prejuízo iminente ao planeta, assim, a sustentabilidade espacial geográfica, propõe estabelecer a retomada da relação entre sociedade e natureza, a fim de realizar um reaproveitamento de territórios e descentralização populacionais, diminuindo a intensidade demográfica às atividades produtivas em grandes metrópoles. E por fim a dimensão de sustentabilidade cultural evolve à aplicação do ecodesenvolvimento de maneira a ser conveniente com o que se propõe cada cultura em um espaço determinado, que apoie a cultura, os direitos humanos e a particularidade de cada povo (FERREIRA, 2021).

O ecodesenvolvimento foi o primeiro ponto para que se falasse internacionalmente sobre a estrutura do capital na exploração de recursos, mediante isso, apontamentos quanto a finitude dos recursos foram apontados como pontos insustentáveis para a demanda e o desenvolvimento da humanidade nos padrões que estavam preestabelecidos. A dinâmica econômica internacional precisaria ser alterada comportando estas necessidades de reestruturação. Um ponto de avanço pode se dar ao reconhecimento dos países mais desenvolvidos na problemática ambiental e sua responsabilidade quanto a elas.

O resultado mais explícito destes conceitos de ecodesenvolvimento e que se tornaram relevantes nas dinâmicas entre população e natureza, como também na relação grandes e pequenas empresas e natureza é o conceito de desenvolvimento sustentável. Herdado da contribuição destas conferências, o relatório Nosso Futuro Comum ou relatório de Brundtland de 1987 traça um plano de ação que interfira na forma de exploração e organização das sociedades a ponto de buscarem a sua satisfação e o desenvolvimento, mas sem comprometer as futuras gerações de mesmo modo terem as capacidades de suprirem também suas próprias demandas e satisfações (NOSSO FUTURO COMUM, 1991).

O relatório sofre duras críticas por não compreender ou não se inteirar das necessidades e mudanças necessárias para o que se propunha, ele parte do pressuposto desenvolvimentista para solucionar problemas que são impulsionados pela própria ação

que esse desenvolvimento exerce no setor econômico. Não obstante, o relatório ainda deixa margem para diferentes interpretações ao buscar unir setores como economia, meio ambiente e social e que divergem em múltiplos pontos no entendimento dos pesquisadores (ECKERSLEY, 2013). Conservadores e preservacionistas estão presentes na aceitação do documento justamente por sua porosidade interpretativa, ambos estão cientes dos problemas quanto à exploração da natureza, mas divergem quanto à forma de lidar com o problema (SMITH, 2003).

Embora o documento segundo ambientalistas tenha eclipsado, ou tentado eclipsar o movimento ambiental de início em 1970, o desenvolvimento sustentável trouxe conceitos que impulsionaram o olhar da sociedade para seus recursos limitados. As florestas, faunas, floras e sobretudo as populações menos favorecidas com o desenvolvimento se tornaram o principal foco desta agenda que concentra suas riquezas nos seus grandes centros (ECKERSLEY, 2013). Para isso, os objetivos de Desenvolvimento Sustentável, são sustentados por três pilares presentes no relatório de Brundtland e são eles; 1) o crescimento econômico e equidade; 2) qualidade ambiental e recursos; e por fim 3) desenvolvimento social (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

Tudo isso demonstra a ação política dos Estados e exemplificam a intenção destes pilares necessários para que haja um desenvolvimento que exclua menos, envolva mais e dê a perspectiva de um futuro necessário para as futuras gerações. A dinâmica produtiva entre os países mais desenvolvidos e que por consequência demandam matérias primas, muitas vezes dos países em desenvolvimento, se tornou um ponto a ser estudado nesta nova maneira de se pensar o mundo. É este ponto da exploração sem limites e com danosos despojos para os menos desenvolvidos que expõe a estrutura do capitalismo global.

Movimentos como estes causam a necessidade de várias ações, para além da demandada pelo capitalismo nestas áreas periféricas e que historicamente sempre abasteceram o grande centro do capitalismo mundial com matérias primas. São força de trabalho que possuem além das precariedades oriundas de sua posição de subalternidade nesta estrutura degradante da divisão social do trabalho, ainda precisam mitigar os

despojos de desenvolvimento que transpassam suas formas habituais de manejo e sobrevivência neste sistema.

O capital não precisa de uma legitimação histórica pessoal, não há compreensão quanto a “laços de respeito, lealdade e dever” (SAITO, 2021, p. 60), nem mesmo à vida dos trabalhadores, contanto que não se acabe a oferta desse instrumento para o crescimento do capital (SAITO, 2021). Dito isso, as pautas ambientais buscam trazer uma contrapartida a estrutura capitalista e a forma com que está erguida a exploração de grandes áreas de abastecimento do capital.

Os Estados da América Latina, politicamente nesta mesma época anos 60/70 se voltam um olhar mais assertivo para suas florestas²⁶. Suas narrativas buscavam mediar entre as possíveis interrelações do continente, a fim de estabelecer um melhor aproveitamento de seu território, e a influência estrangeira em ditar integralmente a forma como se deveriam ser organizadas as ações em seus territórios (CARVALHO, 2009).

Na mesma perspectiva internacional sobre a agenda ambiental, a América Latina se manifesta como integrante ativo nas negociações, seja pela histórica posição de abastecimento mundial de commodities desde o período colonial ou pelas sondagens sobre as reservas minerais que há muito tempo tem sido motivo de prospecções e barganhas tanto dos Estados latino-americanos como pelos grandes empresários desses setores mundiais. Naqueles países que possuem em seu território partes da Amazônia Internacional, estas pressões e movimentos são contínuos, justamente pelo supracitado interesse em todas as riquezas que esta rica região pode oferecer.

Na América Latina, as únicas atividades em expansão eram aquelas que pendiam para a exportação; e assim foi também nos séculos seguintes: os interesses econômicos e políticos da burguesia mineradora ou terra-tenente nunca coincidia com a necessidade de um desenvolvimento econômico para dentro, e os comerciantes não estavam ligados ao Novo Mundo em maior medida do que aos mercados estrangeiros dos metais e dos alimentos que vendiam, e às fontes estrangeiras dos artigos manufaturados que compravam. (GALEANO, 2010, p. 268)

Desde a chegada da estrutura capitalista na região amazônica diversas foram as ações de se tentar resumir esta área ao critério econômico e ideologizado de riqueza do

²⁶ Não se ignora aqui que o continente vivia uma onda de governos ditatoriais mencionado anteriormente, porém não se pode negar que embora fosse em outras perspectivas – não ambientais e sim estratégicas – foram décadas em que os governos se voltaram para a imensa floresta.

capitalismo. A região atualmente pertence a 8 países que agem soberanamente no bioma, suas práticas no manejo do solo bem como a extração de riqueza se mantém livres para dentro de seu território soberano, porém a região é ainda assolada pelos despojos e adaptação de sua submissa herança colonial, com raízes na subalternidade e suprimento internacional. E por pertencer a esta quantidade de atores diferentes que Becker (2005) aponta a semelhança que estes Estados possuem;

A Amazônia, o Brasil, e os demais países latino-americanos são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista. Seu povoamento e desenvolvimento foram fundados de acordo com o paradigma de relação *sociedade e natureza*, que Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terras e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos (BECKER, 2005, p. 72).

E dimensiona que uma geopolítica contemporânea na região que busque lidar com as demandas internas das populações pode ser um instrumento viável para uma independência da região às demandas externas;

Já há na região resistências à apropriação indiscriminada de seus recursos e atores que lutam pelos seus direitos. Esse é um fato novo porque, até então, as forças exógenas ocupavam a região livremente, embora com sérios conflitos. [...] Com as resistências regionais os conflitos na região alcançam um patamar mais elevado. Não se trata mais apenas de conflito pela terra; é o conflito de uma região em relação às demandas externas (BECKER, 2005, p. 72).

Desse modo, o próximo capítulo aprofundará na questão ambiental e social na Amazônia tendo como ponto de partida a Amazônia Internacional e posteriormente uma análise mais apurada em solo brasileiro a fim de destacar como que uma região que possui semelhanças naturais também possui semelhanças sociais e problemáticas ocasionadas pela estrutura capitalista em toda a região regendo novos desafios e conflitos regionais e locais.

4. A QUESTÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA INTERNACIONAL

Com a importância dos apontamentos anteriores, a Amazônia²⁷ se torna um ator importantíssimo quanto ao desenvolvimento sustentável, a crítica ao capitalismo e a inexistência de limites para recursos finitos nesta estrutura. Porém, com certo nível específico de impacto estão as populações amazônicas neste cenário, pessoas e famílias que veem tudo mudar, por uma iniciativa que não leva em consideração as especificidades da região, as diferenças culturais de manejo e cuidado com a terra. São manivelas historicamente construídas na base da imposição e que tentam atravessar floresta adentro, transformando grandes áreas em pastos, ou grandes campos para plantações, extração de madeira e garimpagem (LOUREIRO, 2002). As populações não conseguem vislumbrar em qual nível estes avanços alcançarão suas vidas ou se alcançará.

Há pesquisadores que se empenham na tentativa de denunciar as irregularidades das contradições capitalistas na região, não são poucos os relatos e amostras que são possíveis de averiguar sobre os problemas ocasionados pela extração, manejo e periferação tanto dos povos que sobrevivem no local, quanto da natureza e as deformações que são ocasionadas a partir disso.

Dos 11,3% da Amazônia que pertence ao Peru, a região que comporta a região de Madre de Dios é intensa no trabalho de garimpagem legal e ilegal, diante disso pesquisas apontam que contém na área grandes porcentagens de mercúrio nos rios, animais e até nas folhas das árvores da Amazônia peruana. O material é utilizado por garimpeiros para a separação de materiais valiosos dos outros sedimentos e após esta tarefa o mercúrio é queimado. A pesquisa explica então que esse elemento quando dispensado no ar chegam até as folhas e pelas chuvas frequentes é semeado em toda a floresta, sendo absorvido por toda a vida selvagem, participando de toda a cadeia alimentar da floresta, podendo inevitavelmente chegar até os seres humanos, potencializando a contaminação da população por metilmercúrio que ocasiona problema neurológicos graves nos contaminados. Este tipo de garimpo realizado em Madre de Dios é comum em mais 70

²⁷ A Amazônia destaca-se igualmente relevante espaço para pesquisas, proteção, preservação e frequentemente sofre com a ambição do mundo capitalista em suas mais distintas demandas.

países segundo a pesquisa e considerado o principal meio de contaminação por mercúrio (EINHORN, 2022).

Na Colômbia, um estudo do Instituto de Hidrología, Meteorología y Estudios Ambientales (Ideam) em 2018 mostrou que em uma média de todo desmatamento que acontece no país, 70% são na Amazônia colombiana, e neste mesmo espaço, cerca de 20 mil hectares foram incendiados nos três primeiros meses. Estas atividades são resultadas do ambicioso garimpo ilegal de também venezuelanos, peruanos e brasileiros que devastaram vários hectares de selvas e bosques importante para a fauna e flora e a manutenção dos povos da região. Segundo Thomas Lovejoy, em 50 anos a Amazônia perdeu 17% de floresta na Colômbia (NUMA e CALLE, 2018).

Em decorrência dos incêndios que são frequentes no país, sobretudo na Amazônia colombiana, em 2022, diversos ribeirinhos sofreram com o período de escassez de chuvas que se estendeu e culminou na seca do rio que desemboca no rio Amazonas. Este fenômeno interferiu na vida dos dependentes dessas águas impossibilitando o cultivo, o transporte seja de mercadorias, bens e pessoas, afetando diretamente a criação de animais e a sobrevivência destes ribeirinhos. O diretor da ONG La Fundación para la Conservación y Desarrollo Sostenible (FCDS), Rodrigo Botero ressalta que estes eventos serão cada vez mais frequentes em diversas áreas da Amazônia, pela ligação direta com as mudanças climáticas e quem sofre com essa situação são sempre os que possuem menos recursos (JANETSKY, 2022).

A Bolívia tem 6,87% da região da Amazônia internacional em seu território, os incêndios e as práticas de desmatamento nesta região tem sido alvo de críticas internacionais relevantes, os incêndios que aconteceram em 2019 na região desvelaram alguns dos incentivos do plano de governo do presidente da época Evo Morales. Pautados no crescimento agropecuário, o presidente sofreu acusações sobre o estímulo do governo em práticas de desmatamento, sobretudo após o início de políticas de vendas de terras amazônicas para fazendeiros. Neste mesmo ano o país fez sua primeira exportação de carne bovina à China provenientes da mesma região da floresta que sofreu com incêndios devastadores no ano anterior, hoje o estudo mostra que 8% da floresta já foi perdida nestas ações do governo no país (COSTA, 2020). O país tem a maior porcentagem de povos originários da América Latina, mais de 60% da população.

No Equador, o sexto maior produtor de azeite de dendê do mundo, a necessidade de intensificar o cultivo da palmeira-de-dendê, empreendimentos como a Energy&Palma do grupo La Fabril tem buscado expandir suas plantações, inclusive desapropriando com aval do governo, terras de comunidades tradicionais (WRM, 2019). A árvore intrínseca ao principal produto de exportação do país tem preocupado estudiosos quanto à preservação da floresta (COSTA, 2020). Pesquisas apontam que entre 2001 e 2021 o país perdeu 206 hectares de florestas primárias úmidas (GLOBAL FOREST WATCH, 2023). Embora possua em seu território somente 2% da Amazônia, é considerada uma das regiões com maior intensidade de espécies de fauna e flora da floresta. O que preocupa estudiosos neste ponto, são os empreendimentos minerários financiados pelo governo chines que buscam instalar o maior negócio de mineração industrial no país (COSTA, 2020). Somado aos problemas ambientais, os afrodescendentes equatorianos, pouco mais de 7% da população do país, ocupam 40% da porcentagem de pobreza no país. E em suas regiões sofrem com escassez de água limpa, educação e direitos humanos diversos (ACNUDH, 2019).

A Guina Francesa, território ultra marinho francês também é outra região que levanta preocupação tanto dos povos nativos quanto dos pesquisadores da área, após o início do projeto de mineração de ouro apoiado pelo presidente Emanuel Macron, as práticas de garimpo legal e ilegal se acentuaram na província, forçando o então presidente a suspendê-lo por críticas internas e externas ao território, mas as práticas ilegais continuam contaminando os rios e prejudicando a vida dos povos originário e todos que de alguma forma tenham contato com os despojos desta exploração (COSTA, 2020). Vale ressaltar que 96,5% de seu território contém o bioma amazônico.

A Guiana, território quase integral da floresta amazônica tem sido criticado por concessão de áreas da floresta para empresas madeireiras, embora no cenário internacional o movimento é transparecer que o país é preocupado com pautas ambientais e na manutenção das florestas, mas o garimpo também faz parte da região, sendo o ouro o principal produto de exportação (COSTA, 2020). Houve também interesse do capital estrangeiro na região, mediante estudos que demonstraram reservas de petróleo pouco antes da pandemia de COVID-19 impactar as negociações. Para além disso, historicamente a ex-colônia britânica sofre com violentos conflitos entre os povos

indígenas, afro descendentes e indianos trazidos ao país quando ele ainda era colônia. Problemas políticos que em larga medida contribuem para a periferização de grupos étnicos em detrimento a outros no poder (MORENO, 2020).

O mesmo acontecesse com o Suriname em diferentes proporções, mas com os mesmos elementos de exploração e degradação da vida e da natureza do país, que gera conflitos étnicos, periferizações e desigualdades em busca de importações do capital estrangeiro para o país, com a esperança de alavancar o desenvolvimento e fluir nesse grande esquema global do capitalismo (COSTA, 2020).

O governo de Nicolás Maduro na Venezuela não foge à regra, a pauta exploração e destruição da floresta é incentivada institucionalmente, políticas como a criação do Arco Minerador do Orinoco, em 2016, evidenciam o que pode ser chamado de ecocídio na Amazônia venezuelana. Autorizações de mineração em cerca de 112 mil km² da floresta, dentre vários problemas já poluem rios importantes do país com metais pesados, contaminando diretamente quem precisa do rio para sobrevivência como os povos indígenas da região (COSTA, 2020). Já em 2020, o garimpo foi intensificado gerando violação de direitos humanos e implodindo em explorações trabalhistas, sexuais e crescimento do adoecimento de comunidades inteiras, junto dos trabalhadores nestes campos de garimpo (SINGER, 2020).

4.2 A particularidade brasileira nestes cenários de degradação

Se torna evidente neste ponto a compreensão do quanto tanto o Brasil como as outras ex-colônias espanholas sempre foram ponto de extração para demandas para além de seu território, visto sua dependência, o controle exercido pelo centro deste mercado mundial. A mineração é hoje produto importante para criação de receita no Estado Brasileiro. Os maiores estados atualmente relevantes no país são o Pará e Minas Gerais. O faturamento de 2022 destes dois estados somados chega à marca de R\$ 192,9 bilhões, ainda considerado uma queda de faturamento em comparação ao ano anterior. Isso pela diminuição da demanda chinesa e o barateamento do preço do produto que chegou a menos 25% (IBRAM, 2023). O setor extraiu em todo o Brasil mais de 1 bilhão de toneladas neste mesmo ano, alcançando assim a marca de R\$ 250 bilhões que ocupa atualmente 4% do PIB nacional (SENADO FEDERAL, 2023).

Na Amazônia brasileira um estudo publicado na *Nature Communications* sobre mineração demonstra que entre os anos de 2005 e 2015, o desmatamento provido desta atividade de extração alcançou a área de 11,670 km², o que corresponde a desflorestamentos dentro e fora da área locada para a mineração. Embora essas dimensões contemplem somente 9% de toda Amazônia brasileira, os dados servem de alerta para novos empreendimentos que buscam liberação do governo federal para sua implantação (SONTER, HERRERA, *et al.*, 2017). O Brasil é país que possui a maior parte desta floresta tropical continental, proporcionalmente possui as maiores áreas de garimpo, desmatamento e violações de direitos dos ribeirinhos e povos originários da região, ações governistas potencializam os problemas na mesma proporção do tamanho da floresta contida sobre a jurisdição desse país da América do Sul. No território brasileiro são inúmeras as práticas que buscam burlar a fiscalização e a conservação da floresta em pé. Grileiros, garimpeiros, grandes agricultores e pecuaristas buscam cada vez mais abocanhar uma parte do território amazônico para iniciarem sobre ele a total descaracterização da originalidade do local e aplicação de seus empreendimentos lucrativos. Enquanto isso, comunidades tradicionais e ribeirinhas inteiras são dizimadas ou sofrem eternamente com os despojos destes desdobramentos (COSTA, 2020).

Na tribo indígena Munduruku residentes no estado do Pará, um estudo da Fiocruz com o WWF-Brasil, constatou que a tribo já tem sofrido com os elevados níveis de mercúrio. O produto é usado na garimpagem para separação do ouro de outros elementos. Segundo a pesquisa, mais da metade da tribo, cerca de 57,9%, já estão afetados e junto disso estão as águas que bebem dos rios e das amostras dos peixes que são fonte de alimento, todas as espécies analisadas foram encontradas níveis para além do recomendado. A contaminação chega a ser pior nas aldeias mais próxima aos rios contaminados, quase 90% das amostras mostraram contaminação elevada, problema que segundo a pesquisa já apresenta agravantes no neurodesenvolvimento em 15,8% das crianças dessas comunidades indígenas (FIOCRUZ, 2020).

O desmatamento também impulsiona os problemas na região, eventos como os imensos incêndios em 2019, consolidam o desmatamento realizado no ano anterior e abre mais espaço para a pecuária da região. A Amazônia brasileira é a área que possui 40% de todo o gado do país, que é o maior exportador de carne bovina do mundo (COSTA, 2020).

Já próximo aos grandes centros urbanos, rios importantes como Amazonas, Negro e outros, apontam os pesquisadores, concentram uma grande quantidade de contaminação por pelo menos 43 contaminantes farmacêuticos que podem afetar diretamente a vida marinha na região, interferindo em suas fases de crescimento e reprodução (GONZALES, 2022). Dito isso, houve várias acusações contra o governo do então ex-presidente Jair Messias Bolsonaro quanto aos seus estímulos ao garimpo, desmatamento e esvaziamento institucional dos principais núcleos de fiscalização ambiental do país.

A denúncia mais emblemática e que define a relação da manivela do capitalismo na Amazônia e a degradação, empobrecimento e precariedade sociais das populações da região é a relação da crise com os povos yanomamis e o garimpo ilegal em suas terras. O caso se tornou representativo quando se busca dimensionar as similaridades que acontecem em maiores ou menores proporções com todas as populações amazônicas. Povos inteiros que ainda precisam lidar com a precarização de suas vidas, por ainda serem consideradas empecilhos para o crescimento econômico, veem a perda de todos os seus direitos por estarem ocupando áreas especuladas de mineração como grandes reservas minerais. O caso dos povos Yanomamis traz também a falta de assistência do Estado em lidar com equidade para com as populações. Estudos demonstram que de fato o que acontece no território yanomami está acontecendo em menores proporções em outras tribos indígenas no decorrer de toda a Amazônia (SOUZA, 2023).

Esse ímpeto do capital na região é observado em todos os países amazônicos e em nada contribuem para a diminuição das desigualdades entre os povos da região. Somente potencializam as demandas fundamentais das populações presentes e futuras a ponto de entenderem que sofrerão de forma contínua, tanto no período de extração, quanto no período de exaurimento de suas reservas no futuro. Isso pela contaminação, pelo empobrecimento e a frustração de não usufruem do status de desenvolvidos em suas regiões (HAURADOU e AMARAL, 2019).

Para finalizar este tópico, vale ressaltar que como cada país possui a sua liberdade soberana de usufruir dos bens de seu território internacionalmente reconhecido, as múltiplas influências que a Amazônia Internacional recebe em sua extensão continental colabora para um complexo desequilíbrio na organização dessa região. O propósito muitas vezes parte da iniciativa de desfrutar do ambiente disponível, a narrativa dos

governos que possuem um pedaço desta valorosa região pode ser interpretada como desenvolvimentista, evolucionária, e há ainda os que se arriscam no discurso sustentável. Mas que resultam em um comum efeito de extração, segregação e empobrecimento posterior, resultados que afetam não somente a população imediata àqueles empreendimentos, mas também suas futuras gerações através dos despojos que condenam imensos hectares ao desmatamento, abandono e/ou a eterna manutenção dos desequilíbrios. Sejam nas contaminações de fontes essenciais para a sobrevivência da região, ou a desapropriação de comunidades inteiras para a utilização da terra para pecuária, garimpo e outras formas de extração capitalista.

A partir daqui a pesquisa buscou se aprofundar nos tópicos restantes particularmente nos povos dessa região que compartilham meios únicos de vivência com a floresta e através dela. Nele é possível identificar o quanto a estrutura capitalista tenta descaracterizar ambientes que foram projetados por essas populações há milênios, e que hoje se sentem ameaçadas por essa mudança intrínseca à estrutura do capital e sua facilidade de destruição local, social e cultural. Aqui se devolve o protagonismo dos povos amazônicos na necessidade de manutenção sustentável de seus territórios, para a autopromoção destes povos e não às iniciativas do neoextrativismo na América Latina.

4.3 A degradação e empobrecimento da população

Nos diversos fóruns sobre a Amazônia, seja na temática ambiental, na extração de matérias primas e/ou a respeito da região na economia global, surgem quase sempre debates acerca da relação entre mineração, desmatamento, empobrecimento das populações e aumento da busca por assistência social, de saúde e outros. A partir disso, diversos estudos são realizados a fim de quantificar como determinada região absorve os impactos da mineração e o quanto ela goza do montante arrecadado pela União nestes processos. O Instituto Escolhas é uma dessas organizações que buscam realizar estudos de qualificação e quantificação de impactos destes desafios socioambientais. Um destes estudos, buscou promover o conhecimento sobre o impacto socioeconômico da exploração de ouro e diamantes na Amazônia (INSTITUTO ESCOLHAS, 2021).

O estudo feito com municípios pertencentes à Amazônia brasileira buscou analisar o quanto a influência da extração de ouro e diamantes nestes locais potencializou o desenvolvimento dos municípios, entre o período de 2005 e 2016. O resultado

apresentado foi de incapacidade desta atividade em trazer avanços duradouros no desenvolvimento da região, e em linhas gerais, todos os municípios tiveram um crescimento pífio no início da extração e não foi duradouro nem para a o setor da saúde, educação, PIB per capita e geração de emprego e renda. Em contrapartida os desafios pós extração são permanentes e duradouros visto por exemplo, o desmatamento que a atividade exerce em todo o período de extração, a contaminação de rios, a fauna e os povos, bem como as questões sociais que são desencadeadas pós extração, desafios quanto à prostituição, violência e trabalhos análogos à escravidão (INSTITUTO ESCOLHAS, 2021).

Esta problemática observada entre o extrativismo e a relação com os povos periféricos é recorrente por todo território Amazônico. O extrativismo tem se tornado sinônimo de problemas para os povos na América Latina em geral desde seu início no continente. Como mencionado nos capítulos anteriores, desde a chegada das caravelas e a percepção da riqueza do novo continente, o processo de descaracterização do território impulsionado pelo sentimento de posse do europeu trouxe a cosmovisão utilitarista da região para os interesses para além do continente e dos povos que nele habitam.

Maristela Svampa (2019) traz importantes apontamentos quanto a este extrativismo, segundo a autora, toda a América Latina se reconfigurou em cada movimento histórico demandado pelo capital por lucro, sobretudo de matéria prima e especiarias tropicais. Junto da crescente taxa de lucro se é possível observar o aumento da taxa de pobreza que acentua-se em cada um desses movimentos do capital, em sua eterna elevação e diminuição de demanda estrangeira (SVAMPA, 2019). Svampa (2019) expõe o quão perverso e ilusório tem sido a narrativa por trás da extração de commodities na América Latina, toda manivela capitalista na região se pauta em discursos de crescimento e desenvolvimento regional que englobam pontos fetichizados por essas populações e governos (SVAMPA, 2019), e que como exemplificado no início deste tópico são momentâneos e ínfimos diante da demanda geral da região.

É nesta perspectiva que governos se fundamentam em períodos anteriores de crescimento do preço de *commodities* no cenário mundial para apoiarem e incentivarem

a continuidade dessa exploração²⁸. O aumento no valor das arrecadações do produto em toda a América Latina fez com que tanto governos conservadores como progressistas ampliassem estes empreendimentos (SVAMPA, 2019), e ocasionassem reações em cadeia quanto ao desequilíbrio da região. Embora houvesse crescimento, dados atualizados reafirmam o efêmero crescimento e aumento da pobreza em todo continente latino-americano.

O gráfico a seguir exemplifica;



Gráfico 2 - Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. Com base no banco de dados de inquéritos Familiares (tradução nossa). Fonte: (CEPAL, 2023, p. 16)

Nota-se que nos anos citados, com o crescimento do preço das *commodities* há a diminuição da pobreza e da extrema pobreza respectivamente, porém houve depois destes curtos períodos, novamente o incremento do objeto pesquisado. O que não se torna coerente com a narrativa dos governos em questão, dado que os projetos de ampliação da exploração do território também se fizeram presentes. Pode-se observar de todo modo a falha social na efetivação dos discursos destes governos, para ampliar seus objetivos com a mineração e outras formas de manutenção das estruturas dos anos de 2000 a 2011.

²⁸ “Não se pode esquecer que, entre 2002 e 2011, a pobreza na região caiu de 44% para 31,4%, enquanto a pobreza extrema baixou de 19,4% para 12,3% (Cepal, 2012). A maioria dos países estendeu seus planos sociais, alcançando 19% da população (Cepal 2013), ou seja, beneficiando cerca de 120 milhões de pessoas” (SVAMPA, 2019, p. 46).

Svampa traz estes apontamentos pertinentes a toda a América Latina, mas este mesmo movimento de empobrecimentos econômicos, culturais e regionais de populações inteiras é visto em grande medida na Amazônia Internacional.

Os povos amazônicos são também parcela que sofre com esta dinâmica de expropriação e influência dos megaprojetos e que em nada de relevante contribuem para o crescimento social das demandas locais. O território do Pará, segundo maior em mineração nacional e um dos mais importantes do setor internacional (FAPESPA, 2023), possui altos níveis de percentuais de pobreza. Segundo dados do Instituto Amazônia Legal 47,1% da população paraense ocupam a faixa da pobreza no país (AMAZÔNIA LEGAL EM DADOS, 2023).

São as regiões Norte e Nordeste do Brasil que possuem os maiores níveis de empobrecimento percentual do país, o gráfico mostra essa discrepância dos dados em comparação com outras regiões.

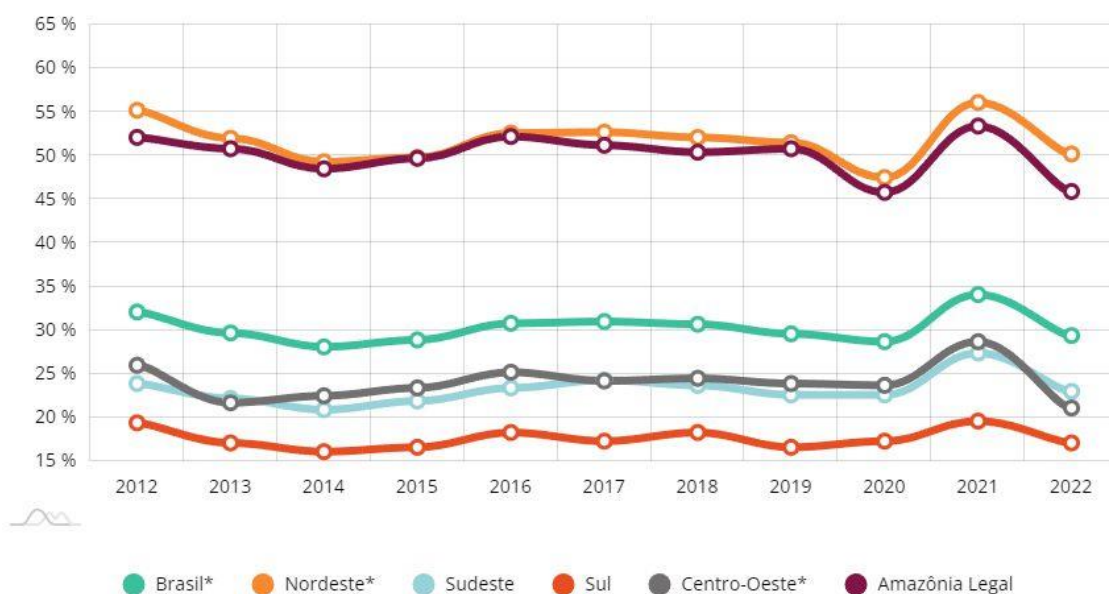


Gráfico 3 - Percentual de Pobres no Brasil 2012-2022. Fonte: (AMAZÔNIA LEGAL EM DADOS, 2023)

E isso, se torna um agravante quando se observa uma espécie de conveniência institucional quanto aos despojos, ignoram os problemas socioambientais que o aumento da extração trouxe para as comunidades mais vulneráveis. E qualquer movimento de denúncia e busca por preservação ambiental ou criação de limites para a extração junto

da mitigação dos danos é envolvido por uma narrativa de antagonismo ao desenvolvimento e crescimento destes povos. O que Svampa também diz verificar, que vem do Estado a iniciativa de “repressão das lutas socioambientais, assim como de uma vontade explícita de controlar as formas de participação popular” (SVAMPA, 2019, p. 47).

Se soma à esta denúncia do empobrecimento da população diante do ímpeto de empresas multinacionais, a transformação que muitas vezes é imposta por mineradoras em comunidades tradicionais na Amazônia. A vida dos povos originários da terra indígena Mãe Maria no Pará, é alterada desde a década de 70 quando se iniciou o transporte de minério feito pela companhia Vale do Rio Doce pela estrada de ferro Carajás (ANGELO e SAX, 2023). Este embate entre a Mineradora Vale e as comunidades indígenas já teve resultados relevantes e prejudiciais à vida desses povos, seja pelas mudanças oriundas das ações da empresa na região, que afasta a caça destes povos, e/ou pela administração prejudicial à natureza que é demanda característica desse tipo de empreendimento. O desvio de rios para alimentação da lavagem da mineração acaba por exaurir até a última gota todo o seu percurso ancestral, quando não o contamina com metais pesados impossibilitando que a vida natural e hábitos ancestrais na região sejam continuados. Além do perigo que estes povos passam todas as vezes que este trem carregado de minério passa por suas terras, o que já ocasionou diversas mortes e dilacerações (ZANOTTO, 2019).

Somado às palavras de Svampa, pode-se dizer que a região exerce na contemporaneidade uma estrutura de neoextrativismo, dado a constância da dinâmica de apropriação de bens e commodities do continente para outros países e parceiros comerciais²⁹ (SVAMPA, 2019). Em uma perspectiva histórica perpetuaram em maiores ou menores proporções, essa noção de subalternidade e fornecimento internacional de bens primários. Porém, exercem prejuízos semelhantes aos tempos coloniais de outrora e evidenciam o descumprimento integralizado da narrativa de desenvolvimento e crescimento regional para as populações locais, o que potencializa suas mazelas, seus

²⁹ Vale lembrar aqui que a divisão internacional do trabalho mencionado em tópicos anteriores, será de suma importância para a permanência do status quo atual da América Latina no que tange o fornecimento de matérias primas e commodities de baixo valor agregado.

problemas estruturais e sociais, além de trazer mais demandas associadas a sobrevivência de todos os povos amazônicos.

Os danos causados pela mineração, pelo garimpo e por outras formas de extração de matéria prima da região são grandes para com as populações que estão na parte periférica a estes projetos e causa danos ao meio ambiente coletivo de todos. Tantos povos originários, como das outras populações que se somam como amazônicas, que possuem a Amazônia como seu lar. Há cidades com grandes índices nacionais de extração de ouro e outros materiais que obtêm os menores índices quando se busca avaliar as capacidades de uma sociedade em suprir as demandas mais básicas de seus cidadãos (DOLCE, 2022).

A cidade de Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso são juntas as cidades que somaram 85,7% de todo ouro ilegal comercializado no país. O estudo realizado pelo Ministério Público Federal junto de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) mostra que entre 2019 e 2020, de todo o comércio ilegal do mineral no país a arrebatadora parte veio destes três municípios do Estado do Pará (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2021). Segundo a investigação, das 30,4 toneladas de ouro extraídas neste período estudado, cerca de 17,7 toneladas tiveram adulteração ou indicação de origem fraudulenta e foi aceito sem verificação devida por um setor econômico regional que já está comprometido com a irregularidade e influenciado por quadrilhas que além de controlar o comércio na região, deixa as populações mais vulneráveis em frequente ameaça (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2021).

Mas quando se observa a cidade de Itaituba, o crescimento da cidade, bem como seus munícipes, os quadros de desenvolvimento estão longe de ser dados de uma cidade ideal. Segundo relatos de moradores, o capital do minério na cidade fomenta áreas específicas que contribuem para manutenção do setor na região, sobretudo alimentos, manutenção maquinária de grande porte, combustível e construção civil (DOLCE, 2022). O que em certa medida contribui como mais um elemento de comprovação do enriquecimento privado e empobrecimento da região minerada, como mencionado em dados diretos no tópico anterior.

Há ainda regiões como do território do povo Yanomami que além de sofrerem com uma segunda invasão nos últimos anos, tem a população contaminada por mercúrio,

ameaçada por quadrilhas de garimpeiros em suas terras, alto índice de violência e prostituição e demanda sociais que desvelam a injustiça que inúmeras vezes este tipo de manivela capitalista causa para os que estão à parte do processo de extração e capitalização (VILELA, 2023).

4.4 A terra Yanomami e a mineração.

O Brasil como mencionado outras vezes nesta pesquisa, possui a maior parte da Amazônia Internacional, sendo então o país que possui maior influência geopolítica na cooperação ambiental deste bioma continental. De mesmo modo, é o Estado dentre todos que também recebe múltiplos projetos de exploração da região, alguns considerados megaprojetos financiados em sua maioria por capital estrangeiro e companhias interessadas em diversos materiais que são ricos em abundância na Amazônia.

Isso traz desafios para o governo brasileiro como gestor do território, e desafios ainda maiores para diversos povos regionais e originários dessas regiões. Por se tratar de dificuldades que entrelaçam o direito à sobrevivência destes, muitas vezes há perdas irreparáveis e que se somam a elevados índices de criminalidade e negligência das autoridades competentes. A violação dos direitos do povo yanomami pode ser considerado o problema atual mais emblemático que a recém gestão do governo brasileiro já precisou enfrentar nos primeiros dias do mandato de Lula em 2023. Houve impactos negativos à gestão de seu antecessor que gerou comoção na sociedade brasileira e na visão internacional do Brasil em lidar com estes casos de crise humanitária e sanitária na região.

Entretanto, é necessário contextualizar que não é a primeira vez que esta região sofre com este tipo feito, imensamente apoiado por grandes garimpeiros e uma elite especializada nesse ambiente do comércio internacional, a região já sofreu com a sistematização do garimpo em suas terras. O território reconhecido dos povos Yanomamis possuem uma vasta dimensão transfronteiriça, ele ocupa no Brasil uma área de 9,6 milhões de hectares, o restante cerca de 8,2 milhões de hectares localizado na Venezuela. Os primeiros encontros documentados com estes povos datam de 1910 e o intento garimpeiro está presente na região desde a década de 40. Mas a partir de 1970 que houve

um incremento, sobretudo após a criação do Radar na Amazônia³⁰, onde se realizou a construção de estradas e outros projetos de posse da região. Logo no início dessa implementação seguindo o Plano Nacional de Integração trouxe diversos desafios aos povos originários yanomamis (ALBERT, 2007).

A presença de garimpeiros na região ficou insustentável depois dos anos 80, se tornando a primeira crise social e sanitária noticiada nas mídias nacionais e internacionais destes povos. A gestão do então presidente do Brasil José Sarney de 1985 a 1990 de mesmo modo, embalou toda a mudança que se demandava. A região sofreu várias ameaças até a promulgação da constituição de 1988, as propostas do então presidente buscaram diminuir cerca de 70% do reconhecimento total do território indígena, sendo revogado somente com a eleição de seu posterior, Fernando Collor de Mello (RUPP, 2023).

Embora a demarcação no Brasil tenha sido prolongado para o estabelecimento do Parque Yanomami para a proteção do território, do lado da Venezuela em 1991 o presidente na época Carlos Andrés Pérez assinou um decreto que criava a Reserva da Biosfera e Parque Nacional, que trouxe uma pressão ao governo brasileiro pela demarcação do lado que o pertence e definiu ilegalidade de qualquer ação de exploração ecológica e cultural do território yanomami do lado venezuelano (CCPY, 2004).

Foi somente em 1992 que os garimpeiros foram em sua maioria expulsos da região, retirados depois de diversas tentativas, restrição de suprimentos e destruição de seus equipamentos (RUPP, 2023). A luta dos povos originários ainda não estava terminada, isso pelo fato da especulação contínua de suas terras pelo capital nacional e internacional. O resultado veio depois de inúmeras campanhas nacionais e internacionais, sobretudo feitas pelo indígena Davi Kopenawa Yanomami, junto do movimento Survival, a Comissão Pró Yanomami e outros (CCPY) (SURVIVAL, 2023). Da demonstração política de interesse do então presidente Fernando Collor até a homologação do decreto

³⁰ (RADAM) Projeto que trouxe um mapeamento sobre os recursos naturais disponíveis no território nacional, por iniciativa do Ministério de Minas e Energia e do Departamento Nacional de Produção Mineral com financiamento do Plano Nacional de Integração (SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL).

definindo a terra yanomami em 25 de maio de 1992, houve um contra projeto feito pela oposição quanto a demarcação, que trazia a narrativa de prejuízo à segurança do país (MADEIRO, 2023).

O projeto que tem autoria do deputado federal na época Jair Bolsonaro chegou a ser lido em plenário, mas foi arquivado em 1995 pela falta de análise da comissão especial, depois da insistência do deputado perdurar mais de 2 anos (MADEIRO, 2023). Esta insistência de 30 anos atrás, se torna emblemática quando nos deparamos com uma nova crise humanitária e sanitária no território yanomami denunciadas no início de 2023; e vale ressaltar, após o término da gestão do presidente Jair Bolsonaro à frente do Brasil. Essa nova leva do empreendimento garimpeiro ilegal na região possui diversas causas, mas para o indigenista Sydney Possuelo que presidia a Funai na primeira invasão em 1992, “uma das principais causas para a crise atual é a retirada dos dispositivos de proteção da área”, diz o indigenista (RUPP, 2023).

Desde sua campanha em 2018, o ex-presidente propunha uma relação bem direta de enfrentamento aos mecanismos de proteção e preservação do meio ambiente, bem como demarcação de terra indígena, na voz do candidato, a depender dele não haveria demarcação de terra indígena no país (RESENDE, 2018). O resultado foi uma demonstração catastrófica ambiental e socialmente estabelecida no território, o garimpo e toda a sua estrutura tem sido relatado por diversos indígenas que mudaram a vida cotidiana de diferentes formas. A caça não está mais próxima às aldeias, os rios com um cheiro estranho junto dos peixes, estão ambos, contaminados por altas quantidades de mercúrio, além de uma necessidade urgente de assistência médica à indígenas que estão em estágios extremos de desnutrição e contaminações (VILELA, 2023).

O desmatamento na região de 2019 e 2020 cresceu 516% em comparação a anos anteriores (PRAZERES, 2022). A invasão desta vez se fez de forma mais organizada e com parcerias com empresas de táxi aéreo que são essenciais para a manutenção de todo o aparato que a mineração em grande escala exige no meio da floresta. Pistas clandestinas são frequentemente utilizadas (RUPP, 2023). A Pioneiros Combustíveis, considerada líder no setor de combustíveis da aviação e que presta serviço de abastecimento em mais de 40 aeroportos no país, também é apontada como parceira do esquema de transporte de combustíveis para a mineração ilegal no território Yanomami (PRAZERES, 2022). A

estimativa é de que 20 mil garimpeiros estão inseridos do território, e contribuem ativamente para a problemática social e sanitária dos yanomamis, são família que possuem um número grande de pessoas mortas e muitos que estão levados para Casa de Apoio à Saúde Indígena (Casai), em Boa Vista, que já superou a sua capacidade de internato em três vezes (FARIAS, 2023).

Inúmeras notícias sobre a situação dos povos yanomami são frequentemente anunciadas desde quando as denúncias começaram a surgir no início de 2023, do lado da Venezuela os ataques estão sendo ainda mais violentos, com mortes de indígenas com uso de arma de fogo. Ademais, segundo o projeto SOS Orinoco os problemas ambientais e sociais que castigam de forma semelhante os povos yanomamis em território venezuelano também tem culpabilidade direta com garimpeiros vindos do Brasil em busca do material em pontos fronteiriços (SOS ORINOCO, 2022). O relatório buscou analisar dados de 2020 até maio de 2022 e trouxe dados sobre o aumento do garimpo ilegal nas terras do Alto Orinoco o que tem causado crises sanitárias e humanitárias severas aos povos originários na região, sem que a assistência necessária estivesse sendo realizada pelo governo venezuelano, demonstrando assim mais uma violação do país sobre a obrigação da garantia de direitos sociais e saúde julgada na CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) em 1999 (RAMOS, 2023).

Diante disso, não se pode omitir o quanto a estrutura bem projetada do capital na região Amazônica é potencialmente problemática para todos que nela vivem, sobretudo aos mais vulneráveis. Tanto os povos da cidade quanto os da floresta são afetados diretamente com esse movimento de espoliação. O exemplo da terra yanomami é fundamental para entender a continuidade da exploração com os mesmos critérios de expropriação do outro, para a demanda capitalista de geração de riqueza. Sem que se leve em consideração o sistemático rastro de problemas na natureza, na sociedade, na saúde da população e pode-se considerar mais profundo, com a perda material e cultural de povos que possuem sua riqueza também na ancestralidade de seu território e costumes.

No livro “A queda do céu” o indígena yanomami Davi Kopenawa expressa suas ideias ao mencionar o ouro canibal e a imprudência dos brancos em buscar retirar do fundo da terra algo que deveria permanecer escondido dessa forma (KOPENAWA e ALBERT, 2015). Ele continua a dizer que: “Os brancos não entendem que, ao arrancar

minérios da terra, eles espalham um veneno que invade o mundo e que, desse modo, ele acabará morrendo” (KOPENAWA e ALBERT, 2015, p. 357). O relacionamento dos povos indígenas com a sua terra carrega uma carga imaterial e que não se assemelha à matriz de exploração do capital. Muitos são os entendimentos ancestrais e legítimos destes povos que demonstram um certo grau de parentesco da terra com o indígena, uma união ligada à ancestralidade e que traz força em meio às adversidades contemporâneas.

Nesta perspectiva, o último tópico deste capítulo trata de uma análise sobre a alternativa econômica que busca trazer o favorecimento da floresta em pé e junto disso uma melhor distribuição de riquezas entre as populações locais, essa alternativa teve iniciativa na Amazônia brasileira, mas com importantes canais e ligações internacionais e fóruns de discussão³¹ sobre os desafios da Amazônia Internacional. Dito isso, o desafio nesta nova proposta de economia perpassa pelo critério de descarbonizar e transformar a economia da região para que ela se some à importância da manutenção das florestas, mas que de mesmo modo oportunize melhores condições para todos da região, em um combate constante para diminuir as desigualdades e estabelecer propósitos factíveis para as complexidades da Amazônia.

4.5 Uma Alternativa para a Economia da Amazônia

Há um movimento que se fez necessário se dimensionar nesta pesquisa quanto ao protagonismo dos próprios povos amazônicos em seu território. Muitas pesquisas apontam sobre o desconhecimento que algumas iniciativas, sobretudo as que provêm de fora da região amazônica e que exigem um desenvolvimento ideal para esta área sem que a livre consulta de seus habitantes seja pelo menos considerada. Tendo essa crítica como pilar crucial para essa sugestão de uma nova economia amazônica, os estudos que legitimam os pensamentos de seus habitantes para o território é o principal meio de iniciativa dos projetos de uma Amazônia mais sustentável e minimamente viável para os povos que nela habitam.

Para isso há fóruns de discussão, organizações e iniciativas civis que se empenham em trazer em evidência tantos os conhecimentos indígenas quanto dos povos amazônicos

³¹ Aqui se cita as Organizações Internacionais que trabalham com o tema Amazônia e meio ambiente dentre eles cito aqui; WRI Brasil; The new climate economy; IPAM Amazônia; Uma Concertação pela Amazônia, dentre outros.

da importância da floresta de pé, o que mostra uma outra dinâmica econômica com o território pautada na bioeconomia³². Estudos como o Nova Economia da Amazônia, de coordenação da WRI BRASIL e o *The New Climate Economy*, em parceria com outras instituições que lidam com a temática ambiental e social na Amazônia, partem do lugar de legitimação dos habitantes locais e suas práticas com a floresta. A fim de comprovar por meio de estudos técnicos a perspectiva de aumento do valor do PIB da região Amazônica e distribuição de renda menos desigual. Isso sem que os impactos da degradação proveniente da economia intensivas em carbono das atividades supracitadas nesta pesquisa colaborem para a expropriação e deterioração do meio ambiente bem como das relações sociais e culturais em geral (NOBRE, 2023).

A mobilização das organizações civis nesta perspectiva demonstra o interesse dos cidadãos na gestão de seu território. O que em larga medida se discute como uma maneira de descolonizar o desenvolvimento sustentável na região a fim de finalizar a influência externa ao território e gestão dos diretamente ligados a estes povos nestes espaços. O estudo então propriamente dito se propõe eixos de potencialidades amazônicas que contribuem para uma nova economia na Amazônia, são eles: o eixo da produção de Açaí, o eixo da produção de cacau, o eixo da cadeia de restauração da floresta e por fim o eixo da bioeconomia indígena (NOBRE, 2023).

A bioeconomia baseada no cultivo do Açaí trouxe na perspectiva dos pesquisadores um exemplo a ser seguido, sobretudo na forma de distribuição de renda entre a população. Embora aqui não se empenhe na forma com que o açaí se transformou em um produto viável para a economia local e internacional, vale ressaltar que houve uma significativa percepção estadual e federal nos anos 2000. Assim sendo, a geração de emprego dessa produção alcançou 164,4 mil trabalhadores³³ em 2020 sendo 86% de trabalhadores rurais. Economicamente os dados mostram que do total de R\$ 1,08 bilhão, e considerado o valor agregado dessa quantia 81% ficaram no Estado do Pará. Isso quer dizer que essa produção de baixo carbono, além de ser infinitamente mais sustentável do

³² Dentre as diversas definições que ainda buscam um significado único para a palavra bioeconomia, o conceito da palavra aqui está em acordo com o conceito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no artigo 2º do Programa Bioeconomia (Sociobiodiversidade) (MAPA, 2019)

³³ “Além desses, 2% dos postos de trabalho foram gerados na intermediação primária, isto é, os atravessadores. No processamento artesanal da polpa, os chamados batedores, somaram 3% desses postos de trabalho. No processamento industrial, 3%, e nas economias não locais, 5% (NOBRE, 2023, p. 109)”.

que a mineração, gera emprego e distribuição de renda para os locais, que além de consumirem o produto também estão em sua produção e distribuição, com porcentagens de problema ambientais mínimos quando em comparação com outras atividades (NOBRE, 2023).

Sobre a produção de açaí ser parte dessa bioeconomia na Amazônia;

Possui raízes locais profundas, utiliza-se de conhecimentos tradicionais, como o manejo do açaí, aprimorando-o com inovações tecnológicas, como a máquina despulpadora, e criar vários e disseminados postos de trabalho, cuja maioria é no próprio território. Além disso, absorve a riqueza gerada pelo produto com adicional de 49,6% (NOBRE, 2023, p. 109).

Toda a cadeia de produção do açaí inclui os locais e por esse motivo é trazido como um exemplo atrativo para a bioeconomia local com grandes expectativas para uma estrutura que seja proporcionadora de crescimento local. Já a produção do cacau não possui atualmente essa participação inclusiva dos povos em todo a sua cadeia de produção, porém é possível encontrar algumas produtoras que buscam a mudança deste cenário na Amazônia, sobretudo no Pará em investir no aprimoramento da amêndoa ainda no Estado. A participação da economia urbana está ainda na ponta inicial do processo do produto e com manejo sustentável da terra. A agricultura familiar possui maior porcentagem na produção, cerca de 57% gerando R\$590 milhões (NOBRE, 2023). Esse modo de produção do cacau no Estado do Pará está alicerçado no agroflorestamento, que segundo Jorge Ribaski (2015) além de vários outros benefícios traz melhoramento para o solo e na riqueza de nutrientes necessários para a saúde do espaço (RIBASKI, 2015).

Atualmente, são produzidas e comercializadas culturas agrícolas adequadas à condição da Amazônia por meio de sistemas agroflorestais. Esse modelo se sustenta em função da permanência de diversas culturas que geram renda numa determinada área, formando uma cadeia sucessiva de produção em curto, médio e longo prazos, sendo prioritárias as culturas do cacau, do açaí e da andiroba, mas também produzidas outras polpas de frutas processadas, primeira do reino e espécies madeireiras (NOBRE, 2023, p. 113).

Por fim sobre o cacau, a pesquisa demonstrou que embora esse processo de agroflorestamento seja uma alternativa viável para a manutenção da terra para os povos amazônicos e uma forma de cultivarem variados produtos da floresta; pela falta de investimento tecnológico regional, o escoamento do produto se faz de forma rápida para fora da Amazônia. E isso potencializa com que a renda não se distribua melhor dentro da região amazônica, sendo escoada para outras partes do país, sobretudo São Paulo e Bahia

(NOBRE, 2023). Nesta alternativa econômica que leva em consideração o manejo sustentável e escuta das populações locais, quanto às suas práticas, culturas e modo de interação com a natureza; a restauração dela também é um grande propulsor de economia segundo a pesquisa. Em direta linha de combate ao aquecimento global, às mudanças climáticas e alteração na atual maneira de se viver no planeta, este eixo de restauração da floresta é um dos mais importantes e necessários frente às discussões internacionais e nacionais bem como ao restabelecimento do equilíbrio climático quanto ao clima e regime de chuvas na região, fortalecendo todos os outros eixos que dependem de um clima naturalmente propício para o fornecimento dos produtos da floresta.

Embora haja legislação quanto às metas do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa e outros planos para cumprimento do que foi proposto como meta no Acordo de Paris de 2015, aqui se buscou entender como esta ação atinge ou consegue atingir diretamente as populações locais. Assim sendo, esta atividade de reflorestamento exerce economicamente para a população empregos que giram em torno da compra de sementes, mudas e propriamente o reflorestamento de grandes áreas, segundo a pesquisa gera ambiente propício para a geração de novos empregos que culminam ou se assemelham com o cultivo do cacau, do açaí e outros frutos típicos da Amazônia (NOBRE, 2023).

Essa bioeconomia que traz uma nova economia para Amazônia não exclui o saber ancestral e conhecimentos intrínsecos aos seus povos originários, com isso a pesquisa fez uma série de entrevistas em comunidades indígenas, como também participa de reuniões em associações, cooperativas e coletivos que compartilhem o que é um dos pontos importantes para a pesquisa, a saber o desenvolvimento da Amazônia a partir dos seus locais, com seus conhecimentos, suas maneiras sustentável de gerir a terra bem antes que o termo sustentabilidade estivesse com o protagonismo que possui na atualidade (NOBRE, 2023).

O resgate do saber ancestral sobretudo no conhecimento indígena sobre a terra, maneiras de cultivo em concordância com a terra e respeito aos seus ciclos naturais reverbera na quebra do ciclo expresso nos capítulos anteriores sobre a necessidade do europeu em se colocar superior a partir da deslegitimação do conhecimento do não europeu. Essa reaproximação dos conhecimentos ancestrais, pode de fato trazer uma nova

perspectiva para a economia em toda a Amazônia, embora não sejam complexos os desafios.

Nesta iniciativa de trazer a economia indígena também como proposta de uma nova visão econômica sobre a terra vale ressaltar que;

A economia indígena na AML, quando orientada pelos valores tradicionais, é definida mais pelos processos produtivos do que pelos produtos, embora seja esses últimos o meio pelo qual se concretizam as trocas entre os diferentes povos e com pessoas não indígenas (NOBRE, 2023, p. 119).

A despeito disso, dados das entrevistas demonstraram que a economia indígena apresenta várias formas de rentabilidade para os povos locais, seja no cultivo de gêneros alimentícios, manufaturas, fornecimento de sementes para o cultivo de determinado gênero alimentício ou para a restauração florestal. O estudo diz que somente esta atividade de valorização desses conhecimentos ancestrais na restauração de florestas pode gerar US\$ 140 milhões e contribuir para o plano de meta³⁴ para a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), e através da Rede de sementes do Xingu³⁵, por exemplo, já tem levado empregabilidade para os povos originários e regionais na Amazônia. A bioeconomia hoje já é presente e gera bilhões, distribuindo essa renda de forma horizontal “do setor primário ao terciário, sendo vetor de forte dinamismo da economia circular e de proximidade (NOBRE, 2023, p. 125).”

E aqui, a pesquisa busca retirar qualquer otimismo quanto a esta alternativa ou talvez observá-la como uma resposta pois há outras dinâmicas que necessitam ser apuradas ao observar o todo da complexidade amazônica;

A floresta só deixará de ser destruída se tiver valor econômico para competir com a madeira, com a pecuária e com a soja. Mesmo com os grandes avanços na sua proteção, a questão de manter a capacidade sustentável da floresta ainda não foi solucionada. Florestas e terras são bens públicos e, por isso, são trunfos que estão sob o poder do Estado, que tem autoridade para dispor deles, segundo o interesse da nação (BECKER, 2005, p. 85).

Embora essa nova maneira de se pensar o território perpassasse também pelo setor econômico em uma estrutura capitalista de degradação, essa alternativa de todo não absorve a dinâmica de desigualdade e enriquecimento que o capitalismo precisa para a

³⁴ Meta diz respeito à Contribuição Nacionalmente Determinada ou NDC em inglês (BNDES, 2023).

³⁵ Como mais de 16 anos de atuação a Rede Sementes do Xingu já contribuiu para a recuperação de mais 8 mil hectares, com plantios realizados no bioma amazônico e no cerrado. Já obteve mais de R\$ 6 milhões que foram distribuídos diretamente aos coletores (REDE DE SEMENTES DO XINGU, 2023).

sua ascensão. Este caminho so dimensiona um outro olhar diferenciado e que busque uma melhor distribuição da renda e melhoria na vida dos seus habitantes. Além de proporcionar uma estabilidade ambiental por não causar diretamente desequilíbrios nocivos ao meio ambiente em geral. Sobretudo este estudo fala sobre a importância de trazer os mais necessitados de um ambiente saudável e equilibrado para o desenvolvimento da região.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo pesquisado é importante destacar os pontos que são intrínsecos à região e ao capitalismo nela. Como foi possível observar, as atividades humanas na Amazônia são recorrentes desde antes do período colombiano. Isso quer dizer que já havia um conhecimento relevante da região e da forma de organização em sociedade a partir dos povos originários, o que foi negligenciado a partir do período colombiano. Período esse que trouxe uma transformação geral das formas de relacionamento e integridade de todos. A negação do outro, a saber do não europeu, trouxe uma subserviência conivente com o projeto de economia europeia que sustentaria o início do capitalismo como o vemos hoje. Esse processo de controle continental trouxe ao território problemas sociais, ambientais e estruturais em diversas formas de relação entre o povo e seu território.

Com o fim da colonização e a liberdade dos países em buscarem os seus próprios meios de sobreviver neste ambiente, os países latino-americanos e por consequência a região Amazônica acabaram refirmando os pilares da exploração outrora praticado como colônias. A partir disso planos iniciados com o viés de cooperação na Amazônia acabaram sendo intercalados com projetos de governos que foram coniventes com um alto índice de desapropriações e problemas em toda essa região continental. Não se pode deixar de mencionar períodos históricos que foram nebulosos como a ditadura cívico militar no Brasil que aniquilaram diversos civis e muitos deles indígenas em suas próprias terras para colaboração do plano nacional de desenvolvimento. Como também governos que ainda possuem o olhar mais utilitarista para com a floresta e seus recursos naturais, propícios à mineração e exploração dela, o que em certa medida é possível observar em todos os pertencentes dessa Amazônia Internacional.

Os diversos problemas sobretudo ambientais e sociais que foram evidenciados nesta pesquisa, exemplifica a necessidade de prospectar um avanço a fim de transformar esta estrutura, a ponto que atenda minimamente a coerência que se planeja nas inúmeras reuniões internacionais sobre o clima, sobre direitos humanos e pautas que são concorrentes dessa estrutura de lucros e exploração estabelecida pelo capital, em diversas áreas do mundo e tão pulsante no solo amazônico e que já potencializa as vulnerabilidades das populações presentes nestes locais.

Visto que as populações³⁶ que foram objeto de estudo nesta pesquisa, são direta e indiretamente as principais afetadas com as transformações que grandes e pequenos empreendimentos causam em suas vidas. Foi possível observar que está sobre eles a maior parte da injustiça ambiental ocasionado por este desenvolvimento. São eles que precisam lidar com o avanço da maquinaria que afugenta sua caça, contamina suas águas e causa doenças aos seus próximos. Bem como estes também, que vivenciam, nas cidades que veem a mineração enriquecer poucos e empobrecer muitos, além do próprio município, que não retém a quantidade necessária para atender às necessidades mais básicas de seus munícipes.

Demonstrando assim, a falta de planejamento que atenda as demandas regionais que deveria em linhas gerais, ser a principal etapa a usufruir de toda a riqueza que tem sido diariamente retirada de suas terras, com efeitos de impossibilidade do retorno dessas áreas ao que era antes; sobretudo pelos despojos deste desenvolvimento que de fato, precisam agora, ser mitigados e adaptados a um novo modo de vida, mais dependente e vulnerabilizado pela extração. Isso tudo por uma matriz de subalternidade e dependência estabelecida já no início da colonização, pelos portugueses e espanhóis. Essa narrativa de servidão é identificada em maiores ou menores proporções para além do território Amazônico, abrangendo todo o território antes colonial.

E como foi possível perceber existem outras maneiras alternativas, embora ainda enraizadas na matriz capitalista, de desenvolver a partir das oitivas dos povos amazônicos e respeito ao seu relacionamento ancestral e habitual com a floresta. A fim de trazer uma melhor distribuição de renda para os povos locais e gerar a necessidade da floresta saudável contribuindo para o que já tem sido propagado no cenário internacional que busca vincular o meio ambiente limpo e saudável também como um direito humano³⁷.

Portanto, essas e outras iniciativas trazem uma alternativa econômica para a Amazônia e fala sobre a valorização de um comércio que já se faz presente na região, mas que, por falta de investimento e aproximação com os povos locais, ainda obtêm resultados

³⁶ leia-se aqui a despeito das populações indígenas, ribeirinhos e população em geral aglomerados ou não em centros urbanos.

³⁷ Embora não seja ainda vinculativo, essa declaração foi feita na Assembleia Geral das Nações Unidas em julho de 2022 e reforça o quanto a agenda tem conquistado espaços a fim de transmitir a consciência de que não há humanidade nem preservação do meio ambiente (NAÇÕES UNIDAS, 2022).

que são inferiores quando em comparação com a mineração. O que culmina com o entendimento de Lowy (2021), sobre se tornar somente uma correção de excessos qualquer forma ecologicamente diferente de pensar e que não leve em consideração a crítica marxista sobre a fetichização da mercadoria (LÖWY, 2021). Mas de fato a ação possui uma melhor distribuição de renda entre os locais e com efeitos em relação ao meio ambiente quase que antagônicos. Além de enaltecer a resistência que estes povos têm demonstrado ter desde o início da colonização, são diferentes povos originários distribuídos ao longo de todo espaço conhecido como Amazônia Internacional e que de formas diferentes tem enfrentado as dinâmicas da exploração com luta e não poucas são as baixas.

A despeito da população ribeirinha e povos urbanos em geral a resistência continua intrínseca à busca por legitimação e garantia de seus direitos mais básicos e contemplação da escuta inerente às suas demandas junto do respeito de suas vivências e relação com a natureza. A crítica aqui, também se compete em nível governamental que não estimula, como demonstrado no texto, a implementação destes projetos e se abstém de um olhar mais efetivo sobre essas populações que se tornam sujeitas à captação destes projetos. E que ocasiona devastações, crises sociais e ambientais como no caso das terras yanomamis. Este problema ainda que em processo ativo enquanto se desenvolve a pesquisa já consegue, em linhas gerais, dimensionar o quão problemático tem sido a busca por riquezas desde mundo contemporâneo e como a cadeia de problemas pode ser cada vez mais devastadora, visto que esta seria a segunda onda de invasões das terras para mineração ilegal, e criar vácuos de injustiças sem precedentes cada vez em que se busca satisfazer as vontades exógenas.

E trazendo a geopolítica contemporânea mencionada por Betha (2005), é possível prospectar que quando uma ação, mesmo em nível local, causar algum tipo de avanço para uma nova economia na Amazônia, todo o território dessa Amazônia Internacional terá um precedente a ser seguido. Desde que não se limite em cumprir demandas exógenas e que traga um real desenvolvimento para a população local.

Por fim, é necessário pontuar que essa temática ambiental e social intrínseca à Amazônia Internacional não se resume somente nestes apontamentos feitos nesta pesquisa, embora tenha sido feito o esforço para que a pesquisa alcançasse o que se

pretendia com âmago nos problemas das populações amazônicas e o desenvolvimento capitalista na região. E como uma pesquisa dessa complexidade tende a enunciar outros pontos relevantes para posteriores pesquisas, o presente trabalho traz luz para as inquietações que ele se propõe e dimensiona outros cenários que podem ser acompanhados em pesquisas futuras sobre a agenda. Visto que o tema é contemporâneo e abrange dinâmicas que se transformam a todo momento, o marco temporal³⁸ é um exemplo pungente no governo brasileiro sobre o quão atual são os interesses exógenos de outros locais onde as riquezas e lucro estão muito além do que se consegue mensurar pelo capital.

³⁸ Tese em debate no governo brasileiro que determina a demarcação de uma terra indígena somente após a comprovação do estabelecimento deste determinado grupo indígena na data promulgação da Constituição federal em 05 de outubro de 1988 (PORTO, 2023). Sem levar em consideração as especificidades históricas de fugas, genocídios e transferências forçadas que sempre foram problemas para estas populações.

REFERÊNCIAS

- ACNUDH. Ecuador: La discriminación y el racismo ambiental contra los afrodescendientes debe terminar, dicen expertos de la ONU. **Naciones Unidas Derechos Humanos**, 2019. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/es/2019/12/ecuador-discrimination-and-environmental-racism-against-people-african-descent-must-end-say>>. Acesso em: 13 mar 2023.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. D. N. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- AGUIAR, L. F. O. D. O contexto da industrialização da Amazônia brasileira. **Brasil Amazônia**, 2020. Disponível em: <<https://brasilamazoniaagora.com.br/contexto-da-industrializacao-da-amazonia-brasileira/>>. Acesso em: 15 dezembro 2021.
- ALBERT, B. Os Yanomami. **CCPY - Pró-Yanomami**, 2007. Disponível em: <http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=htm&url=http://www.proyanomami.org.br/base_ini.htm#top>. Acesso em: 19 out 2023.
- ALMEIDA, Y. F. D. A lei geral da acumulação capitalista: Particularidades a partir da dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, abr 2022. 466-476.
- AMAZÔNIA LEGAL EM DADOS. Percentual de Pobres. **Amazônia Legal em Dados**, 2023. Disponível em: <https://amazonialegalemdados.info/dashboard/perfil.php?regiao=Amaz%C3%B4nia%20Legal&area=Desenvolvimento%20Social__89&indicador=TX_PNAD_POP_POBRE_S_UF__89&primeiro>. Acesso em: 15 out 2023.
- AMIN, M. M. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século xxi. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, p. 17-38, setembro 2015.
- ANDRADE, M. C. D. Atualidades do pensamento de Elisée Reclus. In: FERNANDES, F. **Elisée Reclus - Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1985. p. 07-35.

ANGELO, M.; SAX, S. Divididos pela mineração; indígenas no Pará lutam para manter a identidade do seu povo contra a ferrovia que alimenta a siderurgia global.

Observatório Mineração, 2023. Disponível em:

<<https://observatoriodamineracao.com.br/divididos-pela-mineracao-indigenas-no-para-lutam-para-manter-a-identidade-do-seu-povo-contr-a-ferrovia-que-alimenta-a-siderurgia-global/>>. Acesso em: 02 out 2023.

ARENZ, K. H. **Filhos e Filhas do Beiradão**. Santarém: Editora Tiagrão, 2000.

BARROS, D. R. O que é eurocentrismo? **Blog Boi Tempo**, 2021. Disponível em:

<<https://blogdaboitempo.com.br/2021/06/16/o-que-e-eurocentrismo/>>. Acesso em: 22 Agosto 2022.

BARTABURU, X. **Mongabay**, 2020. Disponível em:

<<https://brasil.mongabay.com/2020/08/por-falta-de-peixes-e-de-apoio-do-governo-ribeirinhos-da-amazonia-estao-passando-fome/>>. Acesso em: 15 dezembro 2021.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, p. 71-86, 2005.

BNDES. Painel NDC. **BNDES - O banco nacional de desenvolvimento**, 2023.

Disponível em: <[https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/resultados/emissoes-](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/resultados/emissoes-evitadas#:~:text=A%20NDC%20brasileira%2C%20atualizada%20em,rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0s%20emiss%C3%B5es%20de%202005.>)

evitadas#:~:text=A%20NDC%20brasileira%2C%20atualizada%20em,rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0s%20emiss%C3%B5es%20de%202005.>. Acesso em: 11 nov 2023.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CABRAL, J. F. B. Olhares sobre a realidade do ribeirão: uma contribuição ao tema.

Presença revista de educação. cultura e meio ambiente, Rondônia, v. VI, maio 2002. ISSN 24.

CÑETEI, V. R.; RAVENA, N. Reflexões sobre a integração Pan-Amazônica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 9, p. 131-142, maio 2007.

ISSN 1.

CARVALHO, D. F. R. D. **O Tratado de Cooperação da Amazônica no contexto dos processos de Integração Regional: da unidade fragmentada à unidade integrada.**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Dissertação curso de Direito para obtenção do título de mestre. Belo Horizonte, p. 213. 2009.

CCPY. A questão indígena em Roraima: Os estrangeiros e a questão indígena. **CCPY Pró-Yanomami**, 2004. Disponível em:

<<http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=noticia&id=3817>>. Acesso em: 15 out 2023.

CEPAL. **Institucionalidad social en América Latina y el Caribe.** CEPAL. Santiago, p. 1-149. 2023.

COGGIOLA, O. A colonização da América e a acumulação originária do capital. **JUS HUMANUM**, São Paulo, jul/dez 2011. 140-174.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Brundtland.** Nações Unidas. Estocolmo. 1988.

COSENZA, A. C. Um estudo sobre a Divisão Internacional do Trabalho. **Revista de Economia Política e História Econômica**, São Paulo, p. 63-89, jan 2015. ISSN 33.

COSTA, C. Amazônia: O que ameaça a floresta em cada um de seus 9 países? **RAISG**, 2020. Disponível em: <<https://www.raisg.org/pt-br/radar/amazonia-o-que-ameaca-a-floresta-em-cada-um-de-seus-9-paises/>>. Acesso em: 16 fev 2023.

COSTA, G. M. D. **Desantropomorfização, ciência e método.** Maceió: EDUFAL, 2015.

COSTA, K. S. Apontamentos sobre a formação histórica da Amazônia: uma abordagem continental. **Série Estudos e Ensaios/ Ciências Sociais/ FLACSO-Brasil**, Brasília, jun 2009.

DIAS, M. N. Colonização da Amazônia (1755-1778). **Revista de História**, v. 34, p. 471-490, 1967. ISSN 70.

DIÉGUES JÚNIOR, M. **Etnias e Culturas no Brasil.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, v. 176, 1980.

- DOLCE, J. O ouro que empobrece as cidades garimpeiras da floresta Amazônica. **InfoAmazonia**, 2022. Disponível em: <<https://infoamazonia.org/2022/11/03/o-ouro-que-empobrece-as-cidades-garimpeiras-da-floresta-amazonica/>>. Acesso em: 25 out 2023.
- DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. Oeiras: Editorial Presença, 2004.
- DUSSEL, E. **1492: O encobrimento do outro: A origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes Ltda, 1993.
- DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDEER, E. **A colonidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Cap. 2, p. 24-32.
- ECKERSLEY, R. Green Theory. In: DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. United Kindoom: Oxford, 2013. p. 266-286.
- EINHORN, C. Mercúrio é detectado em níveis alarmantes na Amazônia peruana. **Folha de São Paulo**, 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/02/mercurio-e-detectado-em-niveis-alarmantes-na-amazonia-peruana.shtml>>. Acesso em: 15 março 2023.
- EITA, C. Mineração versus comunidades tradicionais extrativistas no extremo oeste do Pará: deterioração de igarapés, lagos e corte de matas e castanheiras. **Mapa de Conflitos**, 2020. Disponível em: <<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mineracao-versus-comunidades-tradicionais-extrativistas-no-extremo-oeste-do-para-deterioracao-de-igarapes-lagos-e-corte-de-matas-e-castanheiras/>>. Acesso em: 09 novembro 2022.
- ENGELS, K. M. E. F. **Manifesto Comunista**. 1ª. ed. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL, 1998.
- FAPESPA. **Boletim da Mineração 2023**. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. Pará, p. 1-46. 2023.

FARIAS, E. "Herança" da ditadura militar no país ainda permanece na Amazônia. **Amazônia real**, 2014. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/heranca-da-ditadura-militar-no-pais-ainda-permanece-na-amazonia/>>. Acesso em: 05 novembro 2023.

FARIAS, E. Casai Yanomami acolhe pacientes, mas tem estrutura precária. **Amazônia Real**, 2023. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/casai-yanomami-acolhe-pacientes-mas-tem-estrutura-precaria/>>. Acesso em: 22 out 2023.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12^a. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

FEARNSIDE, P. M. **A floresta amazônica nas mudanças globais**. 2. ed. Manaus: INPA, 2003.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta Amazonica**, Manaus, v. 36, n. 3, p. 395-400, 2006.

FERNANDES, R. L. O império Inca e a Economia da América Pré-Colombiana. **Repositório Digital - UFRGS**, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25450>>. Acesso em: 02 out 2022.

FERREIRA, J. F. D. C. **Desenvolvimento Sustentável**: apontamentos sobre o conceito. Maringá: UNIEDUSUL, 2021.

FILIPPI, E. E.; MACEDO, M. V. A conversão do TCA em OTCA e as dificuldades remanescentes. **Revista tempo do mundo**, Brasília, dez 2021. 191-214.

FILIÚ, F. et al. Cooperação Latino-Americana pela Amazônia. **Unicef**, 2023. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/blog/cooperacao-latino-americana-pela-amazonia>>. Acesso em: 12 mar 2023.

FIOCRUZ. Estudo analisa a contaminação por mercúrio entre o povo indígena muduruku. **Fiocruz**, 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-analisa-contaminacao-por-mercuro-entre-o-povo-indigena-munduruku>>. Acesso em: 19 mar 2023.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM editores, 2010.

GIRARDI, G. Terra indígenas na Amazônia têm alta de desmatamento, garimpo e extração de madeira. **Folha de São Paulo**, 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/08/terras-indigenas-na-amazonia-tem-alta-de-desmatamento-garimpo-e-extracao-de-madeira.shtml>>. Acesso em: 15 dezembro 2021.

GLOBAL FOREST WATCH. Ecuador Deforestation Rates & Statistics. **Global Forest Watch**, 2023. Disponível em: <

GOMES, J. M. Crise, Imperialismo e Estado. **Auditoria Cidadã**, 2023. Disponível em: <<https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2023/03/CRISE-IMPERIALISMO-E-ESTADO.pdf>>. Acesso em: 02 set 2023.

GOMES, J. M.; MEDEIROS, S. M. D. A. As conexões entre a dívida pública, dívida ecológica e social. **Comité para a abolição das dívidas ilegítimas**, 2020. Disponível em: <<https://www.cadtm.org/As-conexoes-entre-a-divida-publica-divida-ecologica-e-social>>. Acesso em: 15 maio 2023.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazôniaas**. [S.l.]: Editora Contexto, 2005.

GONZALES, J. Estudo detecta poluição por medicamentos nas águas da Amazônia. **Mongabay**, 2022. Disponível em: <<https://brasil.mongabay.com/2022/04/estudo-detecta-poluicao-por-medicamentos-nas-aguas-da-amazonia/>>. Acesso em: 15 mar 2023.

HAURADO, G. R.; AMARAL, M. V. B. Mineração na Amazônia Brasileira: Aspectos da presença e avanço do Capital na Região. **Anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2019. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1167_11675cca7935142b3.pdf>. Acesso em: 21 ago 2023.

HEINSFELD, A. A influência de Ratzel e Mahan na política externa do Barão do Rio Branco. **Revista de Geopoítica**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 115-134, jan/jun 2013.

HERCULANO, S. O clamor por Justiça Ambiental e contra o racismo ambiental. **InterfacEHS - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, v. 3, p. 01-20, janeiro 2008.

HERRERA, R. A colonização vista por Marx: para além de alguns mal entendidos. **Argum**, Vitória, jan/abr 2019. 42-55.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, p. 1-152. 2020. (43).

IBRAM. Desempenho da mineração tem queda em 2022, mas setor cria mais empregos e aumentará investimentos para US\$ 50bi até 2027. **IBRAM Mineração do Brasil**, 2023. Disponível em: <<https://ibram.org.br/noticia/desempenho-da-mineracao-tem-queda-em-2022-mas-setor-cria-mais-empregos-e-aumentara-investimentos-para-us-50-bi-ate-2027/>>. Acesso em: 29 ago 2023.

IMAZON. A floresta habitada: História da ocupação humana na Amazônia. **IMAZON**, 2015. Disponível em: <<https://imazon.org.br/a-floresta-habitada-historia-da-ocupacao-humana-na-amazonia/>>. Acesso em: 12 set 2022.

INSTITUTO ESCOLHAS. **Qual o real impacto socioeconômico da exploração de ouro e diamantes na Amazônia**. Instituto Escolhas. São Paulo. 2021.

IPEA. Reavaliando a Vulnerabilidade Externa da Economia Brasileira. **Repositório IPEA**, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7297/1/td_2247.pdf>. Acesso em: 02 set 2023.

ITAMARATY. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). **Ministério das Relações Exteriores**, 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/691-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otcaA%20estimativa%20da%20taxa%20de%20desmatamento%20por%20corte%20ras>>

o%20para%20Amaz%C3%B4nia%20Legal%20em%202019%20%C3%89%20de%209
,>. Acesso em: 12 janeiro 2020.

JANETSKY, M. O rio que secou na Amazônia colombiana e deixou populações ribeirinhas "orfãs". **BBC news Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-60751063>>. Acesso em: 11 fevereiro 2023.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1ª, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2ª. ed. São Paulo: Schwarcz S.A., 2020.

LANDER, E. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Cap. 1, p. 08-23.

LARA, R.; DIOGO, P. R. A ideologia da modernização trabalhista na formação social brasileira. **Temporalis**, Brasília, v. 20, p. 165-181, jul./dez 2020. ISSN 40.

LASKI, H. J. **O liberalismo europeu**. São Paulo: Editora Mestre Jou São Paulo, 1939.

LEROY, J. P. O Fundo Dema, fundo pela justiça ambiental na Amazônia. **ritimo - le changement par l'info**, 2013. Disponível em: <<https://www.ritimo.org/O-Fundo-Dema-fundo-pela-justica-ambiental-na-Amazonia>>. Acesso em: 18 janeiro 2020.

LOPRENO, D.; PASTEUR, Y.; TORRICELLI, G. P. La pensée ratzélienne et la question coloniali. **Cachiers de géographie du Québec**, Quebec, v. 38, n. 104, p. 151-164, setembro 1994.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Amazônia Brasileira**, São Paulo, 01 ago 2002. 107-121.

LOUREIRO, V. R. **História da Amazônia: Do período da borracha aos dias atuais**. 1ª. ed. Belém: Cultural Brasil, 2015.

LÖWY, M. **O que é o Ecosocialismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, v. 4ª reimpressão, 2021.

MADEIRO, C. Bolsonaro fez projeto para revogar demarcação de terra yanomami em 1992. **Uol**, 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/01/26/em-1992-bolsonaro-fez-projeto-para-revogar-demarcacao-de-terra-yanomami.htm>>. Acesso em: 17 out 2023.

MAIA, F. J. F.; FARIAS, M. H. V. D. Colonialidade do poder: A formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, jul/set 2020. 577-596.

MAPA. 2019 Programa Bioeconomia Brasil (Sociobiodiversidade). **Catálogo de Políticas Públicas**, 2019. Disponível em: <<https://catalogo.ipea.gov.br/politica/559/programa-bioeconomia-brasil-sociobiodiversidade>>. Acesso em: 01 nov 2023.

MARCHIONI, A. **Amazônia à margem da lei?** Maceió: Edufal, 2011.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, K. **O Capital - Crítica da Economia política**. São Paulo: Nova Cultura Ltda, v. I, 1985.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, v. Livro III: o processo global da produção capitalista., 2017.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital: Rumo a uma teoria de transição**. 1ª edição revista: maio de 2011. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, Jun 2017. ISSN 94.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF pede a suspensão de todas as permissões para extração, comércio e exportação de ouro no sudoestes do Pará. **Ministério Público Federal**, 2021. Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-pede-a-suspensao-de-todas-as-permissoes-para-extracao-comercio-e-exportacao-de-ouro-no-sudoeste-do-para>>. Acesso em: 15 out 2023.

MIRANDA, C. B. M. **Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970.** Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Amazonas. Manaus: [s.n.]. 2018. p. 260.

MONTIBELLER FILHO, G. Ecomarxismo e capitalismo. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, p. 107-132, out 2000. ISSN 28.

MORENO, J. Apaán Jaat: A fratura étnica na vida política da Guiana. **Diário das Nações**, 2020. Disponível em:

<<https://diariodasnacoes.wordpress.com/2020/10/21/apaan-jaat-a-fratura-etnica-na-vida-politica-da-guiana/>>. Acesso em: 12 mar 2023.

NAÇÕES UNIDAS. ONU declara que meio ambiente saudável é um direito humano. **Nações Unidas Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/192608-onu-declara-que-meio-ambiente-saud%C3%A1vel-%C3%A9-um-direito-humano>>. Acesso em: 22 nov 2023.

NEVES, E. G. **Sob os tempos do Equinócio: Oito mil anos de história na Amazônia Central (6.500 AC - 1.500 DC).** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

NOBRE, C. A. Nova Economia da Amazônia. **WRI BRASIL**, São Paulo, p. 1-246, 2023. Disponível em: <<https://www.wribrasil.org.br/nova-economia-da-amazonia>>. Acesso em: 21 set 2023.

NOSSO FUTURO COMUM. **Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

NUMA, S. S.; CALLE, H. Colombia le dice adiós a sus selvas. **RAISG**, 2018. Disponível em: <<https://www.raisg.org/pt-br/radar/colombia-le-dice-adios-a-sus-selvas/>>. Acesso em: 12 fev 2023.

NUNES, P. H. F. A organização do tratado de cooperação amazônica: uma análise crítica das razões por trás da sua criação e evolução. **Revista de Direito Internacional e Biodiversidade**, Brasília, v. 13, p. 220-243, 2016. ISSN 2.

O'CONNOR, J. Capitalismo e Meio Ambiente. **Novos Rumos**, Marília, p. 40-43, abril 2012. ISSN 21.

OTCA. **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica**, 2019. Disponível em: <http://www.otca-oficial.info/about/who_we_are>. Acesso em: 12 janeiro 2020.

OTCA. **Organización del Tratado de Cooperación Amazónica**, 2020. Disponível em: <<http://www.otca-oficial.info/home>>. Acesso em: 8 janeiro 2020.

PORTO, D. Entenda o que é o marco temporal em terras indígenas. **CNN Brasil**, 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/entenda-o-que-e-o-marco-temporal-em-terras-indigenas/>>. Acesso em: 22 nov 2023.

PRAZERES, L. Combustível, pistas clandestinas, armas e rádios: como funciona logística do garimpo na terra yanomami. **BBC News Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59855502>>. Acesso em: 18 out 2023.

QUIJANO, A. Colonidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciência sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Cap. 9, p. 107-130.

RABELO, L. M. A invenção do Rio Amazonas na Cartografia (1540-1560). **Terra Brasilis**, 2020. ISSN 14. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.7443>>. Acesso em: 22 set 2022.

RAMOS, T. Retomada das relações com a Venezuela pode resolver dramas de yanomamis. **Ecoa uol por um mundo melhor**, 2023. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2023/02/17/yanomamis-na-venezuela-tambem-sofrem-com-garimpeiros-brasileiros.htm>>. Acesso em: 21 out 2023.

RATZEL, F. **La Géographie Politique**. Paris: Fayard, 1987.

REDE DE SEMENTES DO XINGU. Sobre. **Rede de sementes do Xingu**, 2023. Disponível em: <<https://www.sementesdoxingu.org.br/sobre>>. Acesso em: 10 nov 2023.

RESENDE, S. M. "No que depender de mim não tem mais demarcação de terra indígena", diz Bolsonaro a TV. **Folha de São Paulo**, 2018. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/no-que-depender-de-mim-nao-tem-mais-demarcacao-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-a-tv.shtml>>. Acesso em: 17 out 2023.

RIBASKI, J. As vantagens dos Sistemas Agroflorestais. **Revista Cultivar**, 2015. Disponível em: <<https://revistacultivar.com.br/artigos/as-vantagens-dos-sistemas-agroflorestais>>. Acesso em: 12 out 2023.

RUPP, I. Como o garimpo foi expulso da terra Yanomami em 1992. **Nexo Jornal**, 2023. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/01/24/Como-o-garimpo-foi-expulso-da-terra-Yanomami-em-1992>>. Acesso em: 22 out 2023.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1981.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: o desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SAITO, K. **O Ecossocialismo de Karl Marx**: Capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS NETO, A. B. D. **Capital e Trabalho na formação econômica do Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

SANTOS NETO, A. B. D. S. **Mundialização do capital**: Imperialismo e subimperialismo. 1ª. ed. Goiânia: Phillos, 2020.

SANTOS, B. D. S. **A globalização e as Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, B. D. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais e uma ecologia de saberes. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, v. 3, n. 79, p. 71-94, nov 2007.

SANTOS, J. V. Mineração e a morte que corre nos rios da Amazônia. Entrevista especial com Gerônimo Rocha. **Instituto Humanitas Unisino**, 2019. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/593426-mineracao-e-a-morte-que-corre-nos-rios-da-amazonia-entrevista-especial-com-geroncio-rocha>>. Acesso em: 15 dezembro 2021.

SENADO FEDERAL. Mineração causa impactos no PIB e no meio ambiente. **Agência Senado**, 2023. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/03/mineracao-causa-impactos-no-pib-e-no-meio-ambiente>>. Acesso em: 29 ago 2023.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Radam-D. **Serviço Geológico do Brasil**, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.sgb.gov.br/publique/Geologia/Sensoriamento-Remoto-e-Geofisica/RADAM-D-628.html>>. Acesso em: 22 out 2023.

SINGER, F. Voracidade do garimpo sufoca povos indígenas do sul da Venezuela. **El País**, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-20/voracidade-do-garimpo-sufoca-povos-indigenas-do-sul-da-venezuela.html>>. Acesso em: 22 mar 2023.

SMITH, G. **Environmental Politics. Deliberative Democracy and Environment**. Londres: Routledge, 2003.

SOARES, G. F. S. **Direito Internacional do meio ambiente: emergências, obrigações e responsabilidades**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SONTER, L. J. et al. Mining drives extensive deforestation in the Brazilian Amazon. **Nature Communication**, 18 Out 2017.

SOS ORINOCO. **Reserva de Biósfera Alto Orinoco Casiquiare: Invasión garimpeira en auge com apoyo del gobierno venezolano**. SOS Orinoco. Caracas, p. 1-49. 2022.

SOUZA, O. B. D. O que você precisa saber para entender a crise na Terra Indígena Yanomami. **Instituto Socioambiental**, 2023. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/o-que-voce-precisa-saber-para-entender-crise-na-terra-indigena-yanomami>>. Acesso em: 25 ago 2023.

SURVIVAL. Yanomami. **Survival**, 2023. Disponível em: <<https://survivalbrasil.org/povos/yanomami#:~:text=Hoje%2C%20sua%20popula%C3%A7%C3%A3o%20total%20%C3%A9,8%2C2%20milh%C3%B5es%20de%20hectares.>>>. Acesso em: 17 out 2023.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**. 1ª. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1993.

UGARTE, A. D. S. **Sertões de Bárbaros: O mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos: séculos XVI e XVII**. 1ª. ed. Manaus: Valer, 2009.

VIANA, N. Capitalismo e destruição ambiental. **Nildo Viana**, Goiânia, v. 10, p. 179-192, dez 2016. ISSN 3.

VILELA, P. R. Indígenas yanomami mostram impactos sociais graves do garimpo ilegal. **Agência Brasil**, 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/indigenas-yanomami-descrevem-impactos-do-garimpo-na-saude-e-na-cultura#:~:text=Juventude%20assediada,ind%C3%ADgenas%20era%20formada%20por%20adultos.>>. Acesso em: 12 out 2023.

WRM. Equador: histórias de roubo de terras e desmatamento causadas pela extração de dendê e madeira. **Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais**, 2019. Disponível em: <<https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/equador-historias-de-roubo-de-terras-e-desmatamento-causadas-pela-extracao-de-dende-e-madeira>>. Acesso em: 13 mar 2023.

ZANOTTO, J. Vidas atravessadas: cómo la Vale afecta la vida de indígenas y sin tierras en Pará. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/25/vidas-atravesadas-como-la-vale-afecta-la-vida-de-indigenas-y-sin-tierras-en-para>>. Acesso em: 02 out 2023.